



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



RAPHAEL TOSTA SANTANA

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA AUSÊNCIA DE ECOVILAS NO
TRIÂNGULO MINEIRO: FATORES LIMITANTES E PERSPECTIVAS**

UBERLÂNDIA, MG.

2025

RAPHAEL TOSTA SANTANA

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA AUSÊNCIA DE ECOVILAS NO
TRIÂNGULO MINEIRO: FATORES LIMITANTES E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Geografia, no Instituto de
Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
(IGESC) da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU).

Orientador (a): Prof. Dra. Ângela Maria Soares

UBERLÂNDIA, MG.
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S232 Santana, Raphael Tosta, 2002-
2025 UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA AUSÊNCIA DE ECOVILAS NO
TRIÂNGULO MINEIRO: FATORES LIMITANTES E PERSPECTIVAS
[recurso eletrônico] / Raphael Tosta Santana. - 2025.

Orientadora: Ângela Maria Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Soares, Ângela Maria, 1958-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meus caminhos e me capacitar todos os dias, me dando forças para enfrentar os desafios diários.

Agradeço à minha mãe, Bárbara Beatriz, e ao meu pai, Carlos José, por me direcionar aos estudos sempre com amor e com um apoio incondicional. À minha querida irmã, Nathália, por todo o suporte e por seus preciosos conselhos que sempre me auxiliaram.

Aos meus familiares e amigos de Uberaba, que tornaram minha vida mais leve e esperançosa. Agradeço também aos amigos que fiz durante o curso e a todas as pessoas que cruzaram meu caminho ao longo deste ciclo universitário.

À minha amiga Laryssa, por todo o incentivo e companheirismo que foram fundamentais para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço à minha orientadora, Ângela Maria Soares, pelo auxílio e carinho durante o andamento da minha pesquisa. Aos professores do Instituto de Geografia, em especial, o professor doutor João Vitor Meza Bravo, que compartilhou comigo grandes ensinamentos e momentos de companheirismo.

E um agradecimento especial ao meu amigo, professor e tutor Tulio Barbosa, que me forneceu apoio e orientação para continuar trabalhando em minha pesquisa, me auxiliando nos momentos de dúvidas e me incentivando a continuar em frente.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma participaram da minha trajetória acadêmica, e, agradeço novamente a Deus por me ensinar o dom da resiliência.

“Vincit qui se vincit.” (Vence aquele que
vence a si mesmo.)

– Provérbio Latino

RESUMO

O presente trabalho parte da necessidade em compreender outras formas de comunidades para além das imposições do capitalismo, desta forma, o objetivo central é compreender as dinâmicas existenciais de Ecovilas. É fundamental entender sua definição como um modo de vida, ou seja, são comunidades intencionais que buscam a sustentabilidade como proposta alternativa de vida, tais são sustentadas por 4 princípios (social, cultural, ecológica, econômica). Deste modo, é urgente entender que as Ecovilas são assentamentos rurais ou urbanos que trazem soluções inovadoras, compostas por grupos de pessoas que possuem um objetivo em comum, isto é, viver em harmonia consigo mesmo e com as leis da natureza, procurando sempre um estilo de vida de baixo impacto ambiental e elevada qualidade de vida. O presente trabalho busca realizar um levantamento e analisar as Ecovilas/comunidades sustentáveis estabelecidas na região geográfica intermediária do Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais/MG, desta forma, a perspectiva de análise partirá da formação regional com suas multiplicidades de fatores. O objetivo principal da pesquisa é compreender melhor a existência e a distribuição das comunidades de Ecovilas pelo Triângulo Mineiro e em específico discutir os desafios que essas comunidades enfrentam na região e que inviabilizaram o crescimento do Movimento. Para tal, utilizou-se a metodologia qualitativa para interpretar as dinâmicas envolvidas na pesquisa, foram consultados estudos acadêmicos, pesquisas em blogs de experiências pessoais de pessoas ligadas aos movimentos de Ecovilas no Brasil, artigos e base de dados fornecidos pela Rede Global de Ecovilas (GEN - Global Ecovillage Network) sobre Ecovilas no Brasil e no Mundo e também arquivos e pesquisas acadêmicas sobre a gênese da formação regional do Triângulo Mineiro e sua dinâmica atual. Este trabalho investigou os desafios e possibilidades da sustentabilidade no Triângulo Mineiro, refletindo sobre a ausência de ecovilas na região e sua relação com fatores históricos, econômicos e culturais. A pesquisa revelou que a forte presença do agronegócio e a falta de incentivo à educação ambiental contribuem para a baixa adesão a práticas sustentáveis. Além disso, a dependência econômica da agropecuária, a elitização do movimento das ecovilas e a falta de conexão da GEN com a realidade local dificultam a implementação desse modelo. Apesar desses desafios, os resultados do estudo reforçam a necessidade de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, valorizando as comunidades tradicionais. O trabalho destaca a importância de fortalecer a educação ambiental e o sentimento de pertencimento à terra, possibilitando que a sustentabilidade se torne uma realidade acessível na região.

Palavras-chave: Ecovilas; Triângulo Mineiro; Comunidades intencionais; Agronegócio; Formação regional; Modo de vida sustentável.

ABSTRACT

This study stems from the need to understand alternative forms of communities beyond the constraints of capitalism. Thus, the central objective is to comprehend the existential dynamics of ecovillages. It is essential to understand their definition as a way of life—intentional communities that seek sustainability as an alternative lifestyle, guided by four principles: social, cultural, ecological, and economic. In this sense, it is urgent to recognize that ecovillages are rural or urban settlements that bring innovative solutions, formed by groups of people who share a common goal: to live in harmony with themselves and the laws of nature, always striving for a low environmental impact and a high quality of life. This study aims to survey and analyze ecovillages/sustainable communities established in the intermediate geographical region of the Triângulo Mineiro, in the state of Minas Gerais (MG). Therefore, the analysis perspective will be based on the regional formation and its multiple influencing factors. The main objective of the research is to better understand the existence and distribution of ecovillage communities in the Triângulo Mineiro and, specifically, to discuss the challenges these communities face in the region that have hindered the growth of the movement. To achieve this, a qualitative methodology was employed to interpret the dynamics involved in the research. Academic studies, blog reports of personal experiences from individuals engaged in the ecovillage movement in Brazil, articles, and databases provided by the Global Ecovillage Network (GEN) on ecovillages in Brazil and worldwide were consulted. Additionally, archives and academic research on the genesis of regional formation in the Triângulo Mineiro and its current dynamics were analyzed. This study investigated the challenges and possibilities of sustainability in the Triângulo Mineiro, reflecting on the absence of ecovillages in the region and their relationship with historical, economic, and cultural factors. The research revealed that the strong presence of agribusiness and the lack of encouragement for environmental education contribute to the low adoption of sustainable practices. Furthermore, the region's economic dependence on agriculture, the elitization of the ecovillage movement, and the GEN's lack of connection with the local reality hinder the implementation of this model. Despite these challenges, the study's findings reinforce the need for a balance between economic development and environmental preservation, emphasizing the importance of valuing traditional communities. The study highlights the necessity of strengthening environmental education and fostering a sense of belonging to the land, ensuring that sustainability becomes an accessible reality in the region.

Keywords: Ecovillages; Triângulo Mineiro; Intentional communities; Agribusiness; Regional Formation; Sustainable way of life.

RESUMEN

El presente trabajo parte de la necesidad de comprender otras formas de comunidades más allá de las imposiciones del capitalismo. De este modo, el objetivo central es comprender las dinámicas existenciales de las Ecovillas. Es fundamental entender su definición como un modo de vida, es decir, son comunidades intencionales que buscan la sostenibilidad como una propuesta alternativa de vida, las cuales se sustentan en cuatro principios (social, cultural, ecológico y económico). En este sentido, es urgente comprender que las Ecovillas son asentamientos rurales or urbanos que ofrecen soluciones innovadoras, conformados por grupos de personas que comparten un objetivo común: vivir en armonía consigo mismos y con las leyes de la naturaleza, buscando siempre un estilo de vida de bajo impacto ambiental y alta calidad de vida. El presente estudio tiene como propósito realizar un levantamiento y analizar las Ecovillas/comunidades sostenibles establecidas en la región geográfica intermedia del Triángulo Minero, en el estado de Minas Gerais/MG. Por lo tanto, la perspectiva de análisis partirá de la formación regional con sus múltiples factores influyentes. El objetivo principal de la investigación es comprender mejor la existencia y distribución de las comunidades de Ecovillas en el Triángulo Minero y, en específico, discutir los desafíos que estas comunidades enfrentan en la región y que han impedido el crecimiento del movimiento. Para ello, se utilizó una metodología cualitativa para interpretar las dinámicas involucradas en la investigación. Se consultaron estudios académicos, investigaciones en blogs con experiencias personales de personas vinculadas a los movimientos de Ecovillas en Brasil, artículos y bases de datos proporcionadas por la Red Global de Ecovillas (GEN - Global Ecovillage Network) sobre Ecovillas en Brasil y en el mundo, así como archivos y estudios académicos sobre el origen de la formación regional del Triángulo Minero y su dinámica actual. Este estudio investigó los desafíos y posibilidades de la sostenibilidad en el Triángulo Minero, reflexionando sobre la ausencia de ecovillas en la región y su relación con factores históricos, económicos y culturales. La investigación reveló que la fuerte presencia del agronegocio y la falta de incentivos para la educación ambiental contribuyen a la baja adhesión a prácticas sostenibles. Además, la dependencia económica de la agropecuaria, la elitización del movimiento de las ecovillas y la falta de conexión de la GEN con la realidad local dificultan la implementación de este modelo. A pesar de estos desafíos, los resultados del estudio refuerzan la necesidad de un equilibrio entre el desarrollo económico y la preservación ambiental, valorando a las comunidades tradicionales. El estudio destaca la importancia de fortalecer la educación ambiental y el sentimiento de pertenencia a la tierra, permitiendo que la sostenibilidad se convierta en una realidad accesible en la región.

Palabras clave: Ecoaldeas; Triángulo Mineiro; Comunidades intencionales; Agronegocios; Formación regional; Modo de vida sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logomarca da GEN (Global Ecovillage Network).	19
Figura 2 - Assentamentos humanos sustentáveis no Brasil cadastrados na Global Ecovillage Network.	30
Figura 3 – Iniciativas de assentamentos sustentáveis por localidades cadastrados no site da Global Ecovillage Network	31
Figura 4 - Assentamentos humanos sustentáveis em território nacional de acordo com o diretório do Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina.....	32
Figura 5 - Mapa da Região Geográfica Intermediária do Triângulo Mineiro	34

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira de Comunidades Alternativas

APA – Área de Proteção Ambiental

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

ENA – Ecovillage Network of the Americas

FJP – Fundação João Pinheiro

GEN – Global Ecovillage Network

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MBE – Movimento Brasileiro de Ecovilas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

REDE CASA BRASIL – Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ECOVILAS: COMPREENSÃO E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL	15
1.1 Origem do Movimento de Ecovilas e sua definição	15
1.2 Rede Global de Ecovilas	18
1.3 Caracterização dos princípios das Ecovilas.....	21
1.3.1 Preceitos secundários.....	27
1.4 Perfil dos moradores.....	27
1.5 Ecovilas no Brasil.....	29
2. A PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO TRIÂNGULO MINEIRO	
33	
2.1 A formação do Triângulo Mineiro até o século XX.....	35
2.2 O Triângulo Mineiro no Século XX E XXI: a Expansão do Agronegócio e a Integração Regional.....	38
3. MOVIMENTO DE ECOVILAS NO TRIÂNGULO MINEIRO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a existência e os desafios enfrentados pela criação, desenvolvimento e perspectivas das Ecovilas localizadas na Região do Triângulo Mineiro, que corresponde às Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e Uberaba no Estado de Minas Gerais. Metodologicamente será realizado levantamentos sobre a quantidade de Ecovilas na região do Triângulo Mineiro, visando compreender a distribuição dessas comunidades sustentáveis pela região. Nesse sentido, foram estudados possíveis limitações que as Ecovilas enfrentam na região e possíveis desafios que impediram que o Movimento das Ecovilas se expandisse no Triângulo Mineiro.

Assim, metodologicamente o presente trabalho parte das questões históricas como fundamentais para o entendimento do tempo presente nos processos de espacialização das Ecovilas do Triângulo Mineiro. Esses processos históricos estão imbricados aos desafios dos processos de enfrentamento ao capitalismo e que tal enfrentamento fez com que houvesse as perspectivas ideológicas opostas a essa produção de espaços pela mercadoria. As Ecovilas vão além dessa visão capitalista, pois buscam ideias ambientalistas, éticas e sustentáveis.

Portanto, é fundamental compreendermos a definição de Sociedade Sustentável ou Desenvolvimento Sustentável, pois é uma pauta que vem ganhando destaque nos últimos anos (Gonçalves; Duarte, 2006), devido ao conhecimento de que os recursos naturais da Terra são finitos (Meadows, 1973), juntamente com as sucessivas crises em relação ao meio ambiente, como perdas da biodiversidade, mudanças climáticas (Trainer, 1997), e o aumento das desigualdades sociais que impactaram nos costumes da sociedade por conta da acelerada urbanização e da globalização (Souza, 2022). Em outras palavras, desde que a degradação ambiental começou a gerar consequências em relação ao modo de vida capitalista, o modo de vida da sociedade de consumo se tornou algo questionável além de insustentável (Mattos, 2015).

Uma sociedade que busca ser sustentável não pode ser uma sociedade consumista. Uma boa qualidade de vida é se contentar com o suficiente e não degradar o planeta e ser egoísta ao ponto de pensar só em si mesmo enquanto o próximo é esquecido. Uma sociedade sustentável é caracterizada por seu tamanho reduzido e sua maneira simples de conduzir o modo de vida e sua economia local robusta, baseada em sistemas cooperativos, bioconstruções e laços sociais (Mattos, 2015). Esses fatores quando

combinados, geram um menor consumo dos recursos, e consequentemente reduz o impacto ambiental (Trainer, 2000). Contudo, a passagem para a sustentabilidade não significa apenas a preocupação com um mundo saudável, mas sim uma ideia profunda de mudança de estilo de vida.

A sustentabilidade, portanto, tem que ser entendida como processo histórico, visto que novos modos de vidas alternativas visando a sustentabilidade e questionando o sistema capitalista tem sido foco de grupos de pessoas há anos (Valverde, 2022). Assim, no cenário de divergência e insatisfação, no qual um modo de vida “moderno” nas cidades, marcado por uma cultura consumista, contrasta com a luta por uma sociedade sustentável, surge o movimento de contracultura (Silva, 2021). É perante esse cenário de resistência e descontentamento que nasce o Movimento das Ecovilas (Kirby, 2004).

As ecovilas são comunidades intencionais compostas por grupos de pessoas que se unem a partir de um propósito comum, onde essas comunidades priorizam a sustentabilidade, buscando um modo de vida alternativo que prioriza o coletivo, o fortalecimento da economia local, empoderamento social e também a utilização de técnicas de bioconstruções para diminuir o impacto ambiental. (Dias et al, 2017; Valverde, 2022). De acordo com Dawson (2006), as ecovilas já tem mostrado eficácia ao diminuir o consumo e melhorar a qualidade de vida, provando que é viável mudar as condições de vida em direção a sustentabilidade, tanto que em 1998, as ecovilas foram postas entre as 100 melhores práticas para o desenvolvimento sustentável pelo Programa Habitat da ONU (Mattos, 2015).

De acordo com a Rede Global de Ecovilas (Global Ecovillage Network – GEN) em 2024 existiam em torno de 43 iniciativas cadastradas no Brasil, sendo 4 no Estado de Minas Gerais (GEN, 2022). Além disso, o diretório do Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina (Rede CASA Brasil) em 2022 constatou 16 Assentamentos Humanos Sustentáveis no Estado de Minas Gerais, sendo apenas 05 de fato ecovilas. Contudo, tanto os dados disponibilizados pela GEN (2024) quanto os da Rede CASA Brasil (2022) em nenhum deles apresenta assentamentos ou comunidades sustentáveis na região do Triângulo Mineiro. Vale salientar que não são todas as comunidades intencionais que estão registradas em uma dessas redes.

A região geográfica intermediária do Triângulo Mineiro está localizada no extremo oeste do Estado de Minas Gerais, e é hoje uma região de grande influência no aspecto nacional por conta da sua posição estratégica e por sua economia (Araújo, 2021; Santos; Alvim, 2022). A região é marcada por um relevo que é composto por planaltos,

depressões e chapadões. Seus principais rios são os Rio Paranaíba (que fica ao norte da região) e o Rio Grande (que fica em direção a divisa com São Paulo), e são pertencentes à Bacia do Rio Paraná, também possuindo rios menores como o Rio Araguari e o Rio Uberaba, que são importantes pra agricultura e a pecuária da região.

O bioma que predomina é o cerrado IBGE (2022), vegetação típica de savana, o que faz com que a vegetação seja adaptada ao clima da região, que é marcado por uma estação seca no inverno e uma estação bem chuvosa no verão (Laverdi, 2024). O Triângulo Mineiro conta com 3 Unidades de Conservação Estaduais, sendo a APA Estadual da Bacia Hidrográfica do Rio Uberaba, o Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata e o Parque Estadual do Pau Furado. Seus solos predominantes são os Latossolos e os Argissolos (IDE Sisema), os latossolos são comuns nas áreas de planalto, são profundos e bem drenados, o que torna propenso para a agricultura (ex: soja, milho e cana de açúcar). Já os argissolos são encontrados em áreas com o relevo um pouco mais acentuado, são menos férteis que o latossolo, mas ainda sim possuem uma boa capacidade de produção (EMBRAPA, 2018). Essas características de solo juntamente com o clima e o relevo, tornam a região altamente produtiva e com grande potencial para diversas atividades econômicas, e se tornam fundamentais para o desenvolvimento agrícola da região.

Ao decorrer da história, o desenvolvimento do Triângulo sofreu com modificações importantes nos seus aspectos econômicos, históricos e políticos (Carvalho, 2011; Riccioppo; Silva, 2016). Na década de 1970, a região recebeu investimentos do governo, marcando uma fase de modernização conservadora que gera efeito até nos dias atuais. Esse período consolidou o Triângulo Mineiro como um dos principais centros do agronegócio do país (Carvalho, 2011). De acordo com os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATAUTA), de 1986 a 2016, e também diversos autores (Araújo, 2021; Vieira, 2014), o Triângulo Mineiro sempre foi uma região marcada por bastante luta, ocupação e resistência, seja por movimentos socioterritoriais, indígenas ou quilombolas.

Sendo assim, a pesquisa se justifica na necessidade de compreender mais profundamente as razões e a influência por trás do Movimento das Ecovilas na região do Triângulo Mineiro. O trabalho nos permite trazer a hipótese central: Por que as comunidades sustentáveis e intencionais não se desenvolveram de maneira significativa nesta região específica? E, se desenvolveram, por que possuem um papel tão discreto? Esta indagação se torna mais relevante considerando a importância da região triangulina

no contexto estadual e nacional, além da presença de assentamentos sustentáveis em áreas circunvizinhas, como em Goiás, São Paulo e Leste do Estado Mineiro. Considerando o crescimento dos assentamentos sustentáveis no Brasil (GEN, 2024), especialmente no Sudeste e a presença simbólica no Estado de Goiás, essas observações e hipóteses incentivam uma investigação mais profunda sobre a dinâmica peculiar na região do Triângulo Mineiro.

O objetivo da pesquisa tem como objetivo geral realizar um levantamento sobre Ecovilas/comunidades sustentáveis estabelecidas na região do Triângulo Mineiro e subdivide-se em cinco objetivos específicos: a) Identificar e mapear todos os assentamentos sustentáveis do Triângulo Mineiro; b) Desenvolver uma breve explicação da geografia histórica da formação do Triângulo Mineiro; c) Desenvolver uma explicação sobre a história e dinâmica das Ecovilas no Brasil; d) Explicar os motivos e desafios que as Ecovilas enfrentam no Triângulo Mineiro.

Metodologicamente será adotado nesse trabalho a abordagem qualitativa. Segundo Pêsoa (2012), o método qualitativo na Geografia trouxe uma nova perspectiva em relação as investigações científicas, permitindo o pesquisador a interpretar mais a fundo as relações espaciais e sociais. O método qualitativo interpreta os dados a partir da interação do próprio pesquisador com o objeto de estudo (no caso, as Ecovilas no Triângulo Mineiro), priorizando a compreensão dos significados e dinâmicas envolvidas na pesquisa.

Sendo assim, para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, foi selecionado trabalhos acadêmicos e materiais bibliográficos que abordam temas similares com o tema trabalhado. Apesar do método principal ser qualitativo, foi se utilizados dados quantitativos para identificar o número de comunidades intencionais e ajudar na interpretação da análise. As informações sobre ecovilas foram extraídas de artigos científicos, materiais cartográficos disponibilizados pela GEN (Global Ecovillages Network) e CASA Brasil (Conselho Brasileiro de Assentamentos Sustentáveis), bem como de relatos pessoais compartilhados em blogs, canais de Youtube e abas de comentários em redes sociais por ex-moradores ou moradores de ecovilas.

Por fim, a confecção dos mapas será realizada através do software QGIS, com dados em formato Shapefile obtido por fontes como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a plataforma IDE Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais). Já para o levantamento histórico-geográfico do Triângulo Mineiro, utilizará artigos acadêmicos sobre o desenvolvimento da região, além de materiais do Arquivo Público de

Uberaba. A pesquisa prioriza respeitar e adotar os princípios do método qualitativo, buscando interpretar e contextualizar os fenômenos no tempo e no espaço.

Considerando os elementos expostos anteriormente, este trabalho será estruturado por três sessões.

Na primeira sessão será analisado de forma detalhada sobre o conceito, as características, dimensões e princípios, a origem e os principais componentes que fundamentam as Ecovilas. Serão abordadas a origem do movimento, as características das Ecovilas e o perfil das pessoas que habitam essas comunidades, visando uma compreensão aprofundada do Movimento de Ecovilas.

Na segunda sessão será desenvolvido um breve panorama do processo histórico-geográfico da formação sociocultural e socioespacial da região do Triângulo Mineiro. Destacando a função e os objetivos atribuídos ao espaço e à formação da população local ao longo do tempo.

Na terceira sessão discutirá a interação entre o movimento de Ecovilas e a formação do Triângulo Mineiro. A análise buscará compreender como o processo da formação da região influenciou e continua a influenciar a expansão das comunidades intencionais sustentáveis, levando em conta aspectos políticos, migratórios e econômicos.

1. ECOVILAS: COMPREENSÃO E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Estudar a contextualização histórica de um determinado tema é essencial para compreender seu desenvolvimento ao longo do tempo e a dinâmica que o envolve. Quando se discute as origens, os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais da época que influenciaram determinado fenômeno ou tema, se torna possível entender não apenas o que aconteceu, mas também por que e como aconteceu. Sendo assim, essa sessão abordará inicialmente a origem do Movimento de Ecovilas, tornando possível reconhecer padrões e transformações desse movimento ao longo dos anos. A partir da contextualização histórica, será trabalhado as definições, caracterizações e preceitos das Ecovilas.

1.1 Origem do Movimento de Ecovilas e sua definição

Para compreender a origem do Movimento de Ecovilas, é fundamental primeiro entender o cenário global que deu origem a esse movimento. Esse cenário ocorreu após o

fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na década de 1950, quando o planeta passava por severas transformações decorrentes das guerras, ocasionando novas reconfigurações do espaço com novas tecnologias e, conseqüentemente, novos valores sociais.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o impacto da elevada industrialização, da corrida armamentista, da busca por novas tecnologias para dominar a natureza trouxeram impactos consideráveis para a vida em todo Planeta.

Deste modo, a forma como os capitalistas manipulavam os recursos naturais do planeta e o modo como ele intervia na natureza, gerou grandes impactos ambientais e um desequilíbrio ecológico (Silva, 2021). Tal desequilíbrio precisa ser compreendido tendo o ser humano no centro desse ora como causador (como capitalista) ora como vítima (famílias pobres morando em áreas insalubres ou de riscos).

No capitalismo a contradição contínua: pessoas morrendo de fome e outras consumindo em excesso. Diante do consumo exagerado, do avanço da globalização e da poluição causada pelos resíduos industriais, as cidades passaram a refletir desigualdades sociais e econômicas, além do enfrentamento de problemas de saúde pública e segregação humana (Prado, 2018). Esses elementos culminaram em péssimas condições de vida para população, fazendo com que as pessoas fossem marginalizadas na sociedade e expostas em áreas de risco (Souza, 2022).

As conseqüências desse modo de vida social acabaram resultando na revolta de parte da população, principalmente dos jovens, que questionavam os valores culturais, sociais, religiosos e econômicos nas décadas de 1960 e 1970. Como resposta contrária a esses valores, os movimentos de contraculturas foram fundados e marcaram a década de 1960 e 1970 (Kaminski, 2016; Ramos, 2016; Silva, 2021). Durante esse período histórico, a questão ambiental ganhou relevância, gerando eventos de grande importância, como a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland em 1987 e a Rio-92 de 1992, e mais uma série de publicações que abordavam essas questões emergentes (Viola, 1986).

Assim, exemplos notáveis incluem o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, publicado em 1962, que alertou para os perigos dos agrotóxicos e destacou a necessidade urgente de proteção ambiental; a obra do economista Ernst Friedrich Schumacher, em 1973, intitulada “O Grande negócio é ser pequeno: Estudos sobre uma economia em que as pessoas são importantes” (*Small is Beautiful: A Study of Economics As If People Mattered*), que defendia uma economia mais sustentável, criticando o consumismo e promovendo a ideia de que o tamanho e o ritmo de crescimento deveriam

ser adequados à capacidade do meio ambiente; o livro de Jean Dorst, “Antes que a Natureza Morra”, publicado em 1970, que alertou sobre a degradação ambiental e a perda da biodiversidade, destacando a necessidade urgente de conservação e a importância de ações efetivas para proteger os ecossistemas ameaçados; e também o relatório “Os Limites do Crescimento” em 1972, comissionado pelo Clube de Roma, que revelou um consenso sobre a necessidade de alternativas ao sistema produtivo dominante e a urgência de se pensar sobre a finitude dos recursos, fazendo com que os movimentos ecológicos também questionassem o modo de vida vigente (Ramos, 2016; Silva, 2021; Viola, 1986).

Essa série de eventos resultaram no incentivo de grupos alternativos que buscavam um estilo de vida que fugisse da cultura dominante, dando origem a movimentos de contracultura, como o ecologismo, pacifismo, a questão racial e o movimento hippie, que mais tarde serviriam de inspiração para as comunidades sustentáveis e que hoje são conhecidas como ecovilas (Campani, 2011, p. 8; Ramos, 2016). Tanto no meio acadêmico quanto por seus apoiadores, as ecovilas são vistas como o resultado das ações dos movimentos de contracultura, pois elas nascem durante esse cenário de manifestações, como comunidades propositalmente formadas com o objetivo de mudar/enfrentar a cultura dominante (Prado, 2018).

A primeira definição de Ecovilas surgiu em 1991, a partir de um relatório da pesquisa de campo realizada pelo casal de ativistas Robert e Diane Gilman, solicitado pela ONG Gaia Trust da Dinamarca (Dawson, 2015; Dias et al, 2017; Valverde, 2022). No relatório, Robert e Diane Gilman (1991) descreveram ecovilas como assentamentos espalhados pelo mundo que possuem atividades humanas com baixo impacto na natureza, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável, e que poderiam servir de inspiração para comunidades que tem o interesse de migrar para uma sociedade sustentável.

Na medida que o movimento crescia, a variedade de definições desses conceitos também seguia essa transformação, nunca houve um consenso na definição, apesar de vários autores tentarem definir o conceito de ecovilas (Christian, 2003; Mychajluk, 2017; Roysen, 2013; Taggart, 2009; Valverde, 2022). A primeira ecovila que se tem registro é a de Findhorn, na Escócia, em 1995 (Dias et al, 2017; Litfin, 2014), depois surgiram registros em outros países europeus, como a Itália, depois em Sri Lanka, Japão e na América. (Flores; Trevizan, 2017; Valverde, 2022). A definição atual (dezembro de 2024) no site da GEN é a seguinte:

Uma ecovila é uma comunidade intencional, tradicional ou urbana que está conscientemente projetando seu caminho por meio de processos participativos de propriedade local e visa abordar os **Princípios da Ecovila** nas 4 Áreas de Regeneração (social, cultural, ecológica, econômica em um projeto de sistemas completos). Ecovilas são laboratórios vivos pioneiros em belas alternativas e soluções inovadoras. São assentamentos rurais ou urbanos com estruturas sociais vibrantes, vastamente diversas, mas unidas em suas ações em direção a estilos de vida de baixo impacto e alta qualidade. (Global Ecovillage Network, 2024).

O conceito atual é utilizado para fundamentar a análise das ecovilas, possibilitando a identificação e a classificação dessas comunidades conformes os critérios da GEN. Segundo Ramos (2016, p. 15) é necessário destacar que a classificação como “não atendendo” exclui a comunidade da definição de ecovila conforme os critérios da GEN, mas não impede sua validação segundo outras definições propostas por diferentes autores. Contudo, apesar da divergência em relação a definição dos conceitos, pode-se notar um ponto em comum nessas definições, que quase sempre indicam a sustentabilidade e a autossuficiência como principal pilar dessas comunidades intencionais (Dias et al, 2017; Valverde, 2022).

Segundo o site oficial da GEN, em um levantamento feito em 2018, existem cerca de mil e trinta ecovilas, contudo, outros autores (Jakcson, 2004; Prado, 2018) dizem que ao adotar critérios mais inclusivos, o número estaria próximo de quinze mil ecovilas, o que é bastante divergente do número de ecovilas cadastradas na GEN (2018) porém, Prado (2018) argumenta que não é improvável, pois a rede de ecovilas de Saryodaya, Sri Lanka, possui cerca de doze mil comunidades tradicionais cadastradas voltadas para questões sustentáveis.

1.2 Rede Global de Ecovilas

A Rede Global de Ecovilas (GEN) surgiu em 1995, como uma organização de apoio com o intuito de intermediar relações entre as ecovilas, através da rede de seu site, de publicações e promoções de eventos voltados para iniciativas sustentáveis. Sua ideia consiste em transmitir mundialmente a ideologia/princípios das ecovilas, visando sua expansão, dando exemplos de ações e valores sustentáveis pelo planeta, além disso, a GEN visa promover diálogos e conectar as ecovilas umas nas outras para a troca de experiências entre si, possibilitando a expansão e aperfeiçoamento do movimento. (Ramos, 2016). As frentes práticas de atuação da GEN incluem promover uma educação holística ao compartilhar experiências positivas de ecovilas que tiveram sucesso ao redor

do mundo; ampliar o respeito aos direitos humanos e incentivar na resolução de conflitos, proteger o meio ambiente ao apoiar projetos sustentáveis globalmente; e, por fim, encorajar a participação social e comunitária nas decisões locais para acelerar a mudança para um estilo de vida mais sustentável (Prado, 2018). A imagem a baixo, [Figura 1], mostra a logomarca da GEN:



Figura 1 - Logomarca da GEN (Global Ecovillage Network).

Um dos principais marcos para a criação da Rede Global de Ecovilas foi a conferência sobre Ecovilas Sustentáveis no Século 21, realizada em 1995, na comunidade escocesa de Findhorn, que é frequentemente chamada de 'a mãe de todas as ecovilas' (Dias et al., 2017; Litfin, 2014). A conferência teve a participação de mais de 400 pessoas de mais de 40 nacionalidades diferentes e teve como objetivo alcançar um consenso para o desenvolvimento do movimento auto-sustentável (Silva, 2021). Assim, a Rede Global de Ecovilas foi fundada com o financiamento do Gaia Trust (Junior, 2016).

Após a fundação da GEN (Rede Global de Ecovilas – traduzido para o português BR), a rede foi distribuída em diferentes regiões internacionais, visando tornar mais expansivo e funcional o movimento, e facilitar o compartilhamento de práticas entre os continentes. A primeira divisão proposta da GEN foi feita com 3 redes: GENOA responsável pela Ásia e Oceania; ENA responsável pelas Américas; e a GEN responsável pela África e Europa. Em 1999, a Rede de Ecovilas das Américas (ENA), sob a orientação da Rede Global de Ecovilas (GEN), começou a se organizar, montando sua direção organizacional e seguindo os termos estabelecidas. No mesmo período, a GEN passou a executar suas ações em diversos países, introduzindo cursos com o objetivo de “apresentar o modelo das ecovilas a partir de uma visão integrada das diversas dimensões da sustentabilidade” (Silva, 2021 p. 31). Paralelamente em outros países, surgiam movimentos de cunho alternativo (não necessariamente ligadas a Rede), como

permacultura, organizações integrativas, e outras novas tecnologias, o que demonstra que os movimentos de sustentabilidade no Brasil já existiam antes da chegada da GEN. Quem ofertava esses cursos era a Gaia Education, formalizada apenas em 2005 pela GEN. O curso era fundamentado pelos conhecimentos obtidos pelas ecovilas mais experientes, usando como base as práticas que deram certo dentro das ecovilas, visando replicar esses modelos em diferentes contextos de ecovilas, devido a facilidade de adaptação, dessa forma, tornando a Gaia Education uma referência em padrões educacionais voltados para a formação de comunidades sustentáveis e autossuficientes. Foram realizados dois encontros, o primeiro nos Estados Unidos e o segundo na Colômbia, consolidando a ENA como uma ponte entre as comunidades e estimulando a participação na mudança para um mundo mais sustentável.

Com o passar dos anos, os cursos foram se solidificando, recebendo apoio de universidades, prefeituras e outras comunidades que estimularam esse conhecimento para a sociedade. A intenção era envolver o maior número possível de pessoas, facilitando a cooperação nas comunidades (Junior, 2016; Silva, 2021). Atualmente, a GEN é composta por seis grandes redes de ecovilas, espalhadas por seis regiões diferentes pelo mundo, são essas redes: GEN África, GEN América Latina (CASA), GEN Oceania e Ásia (GENOA), GEN América do Norte (GENNA); GEN Europa e GEN Fertile Crescent (inclui partes do Oriente Médio e áreas vizinhas) (GEN, 2024; Prado, 2018).

Vale salientar que Anderson Leite da Silva (2021), em sua monografia “Movimento de Ecovilas no Estado de Goiás” ressalta que existem contradições no movimento de Ecovilas, pois, a GEN surge através do financiamento da Gaia Corp, sendo assim proveniente do mercado financeiro na década de 1990. Além disso, o autor cita Matheus e Silva (2014), que em sua obra “Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais.” Trazem uma crítica sobre o movimento institucionalizado das ecovilas em relação a seus princípios, a crítica em si é direcionada ao âmbito moral do movimento, pois raramente o capitalismo aparece em seus informativos. Apesar de se apresentarem como modelos sustentáveis, as ecovilas não desafiam o sistema capitalista. Muito pelo contrário, elas são reconhecidas pela ONU como exemplos de sucesso dentro do próprio capitalismo, dando a entender que a principal busca é por um capitalismo verde e a adequação ao sistema dominante, descartando a ideia de revolução da sociedade (Silva, 2021).

Sendo assim, a ideia de "geopolítica do desenvolvimento sustentável baseado no mercado" sugere que o movimento das ecovilas é impulsionado por uma visão de mercado, em que a sustentabilidade é promovida dentro de um sistema capitalista, sem se preocupar com questões estruturais como a pobreza ou o fim do próprio capitalismo. Tendo em vista, que as ecovilas são predominantemente habitadas por pessoas de classe média e com alto nível de escolaridade, o que pode reforçar a ideia de que o movimento está mais alinhado com uma classe privilegiada do que com soluções para as populações mais carentes (Roysen, 2013; Silva, 2014; Silva, 2021). Por fim, Matheus e Silva (2014), criticam a implementação de ecovilas e a forma como essas comunidades são apresentadas a nível global, uma vez que a Rede Global não introduziu um conceito novo no país. Isso se deve ao fato de que, além das comunidades alternativas já existentes, o Brasil já possuía saberes e culturas tradicionais. Apesar de que esses conhecimentos, não tenham a sustentabilidade como objetivo principal, sempre demonstraram um respeito intrínseco pelos biomas e geraram menos danos ao meio ambiente. O questionamento em si, é se a Gaia Education, pode realmente ensinar algo novo sem ser de forma generalizada, dado que o país tem uma realidade socioespacial única, sendo muito diferente dos outros países que estão no hemisfério norte (Silva, 2021).

1.3 Caracterização dos princípios das Ecovilas

As Ecovilas são respostas históricas de insatisfação de inúmeras pessoas que definiram sua vida para além do consumo, da mercadoria e do capitalismo. A importância desse trabalho está na compreensão de valores que possam redefinir a sociedade; assim, as Ecovilas têm diretamente esse impacto. Portanto, é importante frisar que as ecovilas surgem da vontade de pessoas de viverem uma vida em comunidade, afastado do mundo globalizado, sem apoio político, sem desperdício de recursos ou competições intensas, apenas preocupados com a qualidade de vida e a minimização dos impactos na natureza. Essas comunidades são formadas por grupos sociais intencionais, que buscam criar um modelo de vida alternativo que priorize o meio ambiente, tomando decisões em conjunto e agindo de forma recíproca com a natureza, desenvolvendo uma identidade local e adversa a cultura global, visando sempre os seus 4 princípios (social, ecológico, cultural e econômico) (Capello, 2013).

Uma ecovila se define como um ambiente holístico e espiritual, fundamentado em três princípios essenciais:

1. o cultivo do silêncio interior;
2. a colaboração harmônica com a natureza;
3. a manifestação do amor através de ações.

Embora a comunidade não adote uma religião específica ou regras fixas de espiritualidade, seus membros valorizam e promovem a liberdade de expressão e sentimento (Valverde, 2022).

Britto (2018, p. 87) alerta sobre a necessidade de debater sobre ecovilas e define seu conceito como:

Sendo assim, as ecovilas são assentamentos humanos que partem de organizações sociais intencionais; são construídas a partir da lógica de práticas culturais próprias e voltadas para a natureza, através de relações de reciprocidade e proteção à mesma, produzindo sua própria identidade baseada no lugar e se posicionando como alternativa à cultura global. Entretanto, é necessário evitar uma visão romântica acerca das ecovilas e realizar um embate crítico sobre as mesmas, sem, contudo, perder a sensibilidade para uma vida pautada em maior equilíbrio com a natureza, o ser humano e o local de inserção. (Britto, 2018, p. 87).

Segundo Ana Luiza Rodrigues de Britto (2018), em sua pesquisa, é estabelecido que existem preceitos primários e secundários que ajudam a compreender as características de uma ecovila, sendo esses principais preceitos:

- a. Vida em comunidade;
- b. Equilíbrio com o meio ambiente;
- c. Redução;
- d. Auto suficiência e Auto organização;
- e. Compartilhamento;
- f. Desenvolvimento heterogêneo;
- g. Centro de pesquisa e difusão de ensinamento;
- h. Interação com centros urbanos;”.

A seguir, será apresentada uma explicação detalhada dos preceitos estabelecidos pela autora em sua dissertação “Ecovila como alternativa no mundo contemporâneo”, conforme descrito pela autora:

- a) Vida em comunidade

A autora aponta que este é o primeiro dos dois princípios essenciais de uma ecovila. Ela utiliza Fitcher (1967, p.154) para definir a noção de comunidade: “um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que servem de meios comuns para lograr

fins comuns”. Sendo assim, a vida em comunidade exige soluções coordenadas para lidar com a diversidade, pois a vida comunitária não está exclusiva apenas a interações de trabalho e produção, mas está ligada a moradia, educação, lazer e desenvolvimento pessoal. (Britto, 2018; Majerowicz, Valle, Togashi, 2017, p. 134).

Ainda de acordo com a autora, não há um número ideal de residentes para ecovilas, mas é essencial que os habitantes gerem uma interação constante entre eles para garantir qualidade e boa convivência, uma vez que esse tipo de comunidade favorece na construção de uma nova forma de vida e no desenvolvimento pessoal e coletivo. Quando uma ecovila possui um número muito grande de moradores, ela corre o risco de perder o controle da comunidade, devido aos problemas relacionados a gestão e controle dos recursos e do senso de pertencimento dos moradores.

b) Equilíbrio com o meio ambiente

De acordo com Britto, este é o segundo princípio essencial, que combinado com o primeiro, define a principal ideia de ecovila: uma vida comunitária baseada no equilíbrio ecológico sustentável. Embora cada ecovila tenha sua abordagem própria para se conectar com a natureza, a preocupação ecológica está sempre presente, buscando sempre minimizar o impacto no ambiente. A autora utiliza o seguinte trecho para dar uma melhor compreensão a ideia de equilíbrio com o meio ambiente:

[...] nestes contextos, as relações ambientais são mais visíveis e as pessoas estão mais próximas da natureza, e por isso, são mais sensíveis aos impactos e danos provocados por suas decisões de consumo e produção. Ainda, em comunidades biorregionais não existe um grande distanciamento entre as decisões tomadas [...] e os locais e vidas dos seres e entes que sofrem as consequências destas decisões, de tal forma que as pessoas têm de conviver com as consequências ecológicas de suas próprias decisões, incluindo os efeitos sobre si mesmos, suas comunidades, vizinhos e descendentes diretos. (Majerowicz, Valle, Togashi, 2017. Pg.54)

Visando ter equilíbrio ecológico, muitas ecovilas adotam práticas de permacultura (Dias et al, 2017). A permacultura são um conjunto de práticas e princípios voltados para a criação de sistemas sustentáveis, que são ecologicamente equilibrados e socialmente justos (Valverde, 2022).

c) Redução

Este princípio, se mostra muito importante, pois, em um mundo cada vez mais globalizado, com inúmeras telas, estímulos visuais e incentivos ao consumo, as ecovilas se baseiam na ideia de consumir somente aquilo que necessita e na redução de necessidades supérfluas, impostas pela lógica de acúmulo de capital, buscando pelo equilíbrio com a natureza e uma vida mais simples, longe das necessidades de acumulação de bens materiais (Britto, 2018). Ainda é reforçado que: “[...], além da constante preocupação de estar em conformidade e usufruindo corretamente dos recursos naturais, há uma grande preocupação referente à consciência de consumo e produção.” (Britto, 2018, p. 89).

d) Auto suficiência e Auto organização

Alinhadas com a preocupação de manter e obter uma boa relação com a natureza e a redução da dependência do ambiente externo, as ecovilas buscam a autossuficiência de maneira diversa. Sendo assim, do mesmo modo que cada ecovila possui seu próprio contexto para se conectar com a natureza, cada ecovila também possui sua maneira diferente de ser autossuficiente e se auto organizar. Essas comunidades tentam estabelecer uma relação equilibrada com o contexto sociocultural e socioambiental, procurando sempre controlar os aspectos de suas vidas, como a geração de energia e a produção de alimentos (Majerowicz, Valle, Togashi, 2017). Sendo assim, algumas ecovilas só conseguem atingir a autossuficiência em áreas específicas, como em áreas de alimentação, abastecimento de água, esgoto, energia e etc. Ainda de acordo com a autora, o objetivo principal é tentar manter um maior equilíbrio ecológico, reduzindo a dependência do sistema vigente, e isso inclui a busca por uma independência monetária, por meio da criação de uma moeda própria ou sistemas de troca.

Contudo, um dos grandes e principais desafios que as ecovilas enfrentam é a sua auto-organização e a tomada de decisões de interesse comum, devido a divergência de opiniões entre seus moradores (o que é algo natural), porém, essa dinâmica também pode estimular o desenvolvimento de habilidades, através da criatividade dos integrantes, melhorando a cooperação e criando novas possibilidades de autonomia (Ramos, 2016).

Cada ecovila se organiza de maneira heterogênea, botando em prática seus ideais e princípios, estabelecendo sistemas onde todos tem igual voz e peso nas decisões ou onde há a designação de líderes e conselhos. Sendo assim, a prosperidade de uma ecovila depende não apenas de ser autossuficiente, mas também da sua capacidade de se auto-

organizar e superar os desafios que surgem ao longo do caminho (Britto, 2018; Dias et al, 2017; Valverde, 2022).

e) Compartilhamento

A vida comunitária nas ecovilas exigem uma mudança de comportamento em relação ao modelo de posse absoluta aprendido nas cidades, elas promovem o compartilhamento dos bens e das infraestruturas de forma comunitária, permitindo que os custos sejam reduzidos em relação aos produtos e serviços oferecidos na comunidade. A autora afirma que, esse método não apenas reduz os custos, mas também diminui o impacto na natureza, fazendo jus aos seus princípios de vida comunitária e equilíbrio com a natureza (Britto, 2018).

Esse modelo de vida em comunidade alinhada com esses princípios de partilha, possibilita aos moradores uma experiência de vida única, pois, em um mundo cada vez mais voltado para a compra de bens e realizações individuais, esse modo de vida proporciona uma mudança de comportamento, transformando o conceito de “ter” em “usar”, alimentando o espírito comunitário e incentivando a agirmos mais eficiente e ecologicamente correto (Capello, 2013).

Britto (2018) finaliza dizendo que ao adotar ações voltadas para a redução do consumo e ao compartilhamento de bens, técnicas ou infraestruturas, não sugere regressão na vida, mas sim uma reavaliação do modo que conduzimos nossas interações e sentimentos. De modo que não se viva estagnado e nem se feche para questões atuais, as ecovilas acreditam que tudo que já aprendemos e somos, já é o suficiente para caminhar para o futuro de forma próspera (Capello, 2013; Valverde, 2022).

f) Centro de pesquisa e difusão de ensinamentos

Este princípio reforça o comprometimento que o movimento de ecovilas tem com sua causa, pois o esforço para compartilhar seu conhecimento e ajudar outras comunidades, manda uma mensagem para o mundo sobre a importância do seu propósito. Devido ao seu desenvolvimento heterogêneo, as ecovilas funcionam como centros de pesquisa e aplicação, descobrindo e ensinando novas maneiras de se relacionar com o espaço, potencializando o espaço ao seu entorno, trazendo um equilíbrio ecológico e social, através de novos membros e novas formas de assentamentos (Britto, 2018;

Majerowicz, Valle, Togashi, 2017). As ecovilas, independentemente de estarem vinculadas à GEN, valorizam amplamente as ações educativas. Por meio de oficinas, workshops, cursos e palestras, abordam temas variados, como permacultura e crescimento pessoal, contribuindo tanto para a disseminação de conhecimento quanto para a geração de renda (Dias et al, 2017; Litfin, 2014).

No site da Rede Global de Ecovilas (2024), é destacado que a rede reforça seu comprometimento com o ensino em seu propósito:

Nosso propósito compartilhado é conectar e apoiar ecovilas, educar o mundo sobre elas e desenvolver o movimento regenerativo – para inspirar, dimensionar e facilitar comunidades e pessoas de todas as esferas da vida a se tornarem participantes ativos na transição para uma presença humana resiliente e regenerativa na Terra. O papel da GEN International é fornecer plataformas globais, voz e coordenação para ajudar a rede a atingir sua visão e missão. (Global Ecovillage Network, 2024).

g) Interação com a cidade

Apesar de se distanciar da cultura do mundo competitivo e capitalista, as ecovilas não estão imunes as influências do cenário global contemporâneo. Apesar de que um dos seus intuitos seja se afastar do modo de vida dominante, as ecovilas precisam interagir com as cidades e seu entorno, pois é necessário manter um contato com o ambiente externo devido as novas oportunidades que podem surgir (Britto, 2018). Vale salientar que nem todas as ecovilas se encontram em ambientes rurais, podendo haver ecovilas no centro urbano, o que torna a interação ainda maior. Contudo, a credibilidade das ecovilas não se enfraquece devido a esse contato com o mundo externo, muito pelo contrário, a autora argumenta que o engajamento com o cenário capitalista pode fortalecer e disseminar o papel das práticas sustentáveis, através do marketing e comunicação (como páginas na internet e redes sociais, cursos, palestras e etc.) favorecendo uma fonte de renda e abastecendo o vigor das comunidades (Valverde, 2022). O turismo, frequentemente associado a atividades educativas informais, também desempenha um papel importante nessas comunidades. As visitas são uma oportunidade para demonstrar um estilo de vida mais sustentável. Além disso, em alguns casos, hóspedes e visitantes podem participar de atividades internas como voluntárias, trocando sua colaboração por aprendizado (Dias et al, 2017; Litfin, 2014).

A autora comenta e dá um exemplo sobre o benefício dessas interações/dinâmicas que o exterior (cidades) proporciona as ecovilas:

Por exemplo, a partir da oferta de hospedagem, um caráter interessante é estabelecido: o da transitoriedade das ecovilas. Há uma quantidade incomparável de visitantes - em relação aos habitantes fixos -, que passam temporadas em busca de experiências e conhecimento nestes assentamentos alternativos – mas também deixando sua contribuição na forma de novas ideias, olhares e hábitos culturais. As ecovilas não buscam ser totalmente desconectadas do mundo exterior, e a partir de conexões com o externo, muitas possibilidades são geradas. O mundo capitalista, que se expressa de forma colaborativa através das pessoas que participam da ecovila, acaba desta maneira, marcando positivamente o dinamismo da ecovila, e gerando grande parte do capital necessário para sua sobrevivência e continuidade. (Britto, 2018, p. 95).

1.3.1 Preceitos secundários

Além dos preceitos citados acima, Britto (2018) apresenta mais três pontos adicionais que, embora relevantes, não são essenciais para a fundação de uma ecovila. Sendo esses três preceitos: Bioconstrução, economia solidária ou de trocas e produção alimentar. Apesar de que o ideal seria cultivar sua própria comida, esse aspecto não é um requisito obrigatório para caracterizar um assentamento como ecovila. Em vez de produzir seu próprio alimento, uma ecovila pode optar por feiras orgânicas ou cooperativas de alimentos naturais (Mattos, 2015; Valverde, 2022).

A bioconstrução é uma técnica de construção de baixo impacto ambiental (Dias et al, 2019), que consiste na utilização de materiais locais comuns, tipo a terra, pedra, palha e madeira (Valverde, 2022), embora muito comum em muitas ecovilas, a bioconstrução também não é um critério essencial pois, uma ecovila pode se estabelecer em um local com construções já existentes e não sustentáveis (Britto, 2018). A autora argumenta que o importante não é o tipo de construção, e sim a adesão aos princípios da ecovila.

Em relação à economia solidária, apesar de muito comum as ecovilas utilizarem uma moeda própria ou algum sistema de trocas (Flores et al., 2017), essas dinâmicas de comercialização estão conectadas a economia convencional, sendo assim, uma ecovila pode funcionar sem uma economia própria, desde que ela cumpra os outros preceitos essenciais citados anteriormente (Britto, 2018). Vale lembrar que é fundamental compreender a ideia de equilíbrio e totalidade da ecovila, que deve abranger sempre as funções importantes da vida, como a saúde, a economia, alimentação e a qualidade de vida.

1.4 Perfil dos moradores

Para compreender o perfil das pessoas que buscam esse estilo de vida alternativo, serão adotados os seguintes procedimentos: a elaboração de uma breve contextualização histórica, com o objetivo de associar o perfil atual dos moradores a possíveis inspirações, e a caracterização desse perfil por meio de estudos acadêmicos e depoimentos de ex-moradores e atuais residentes de ecovilas disponíveis na internet. Esses procedimentos permitirão identificar e compreender as origens e influências que moldam as características comuns entre aqueles que tendem a viver em ecovilas.

Como tratado anteriormente, o espaço rural sofre alterações na década de 1950, devido aos processos de urbanização e industrialização das cidades, que consequentemente também trouxe mazelas para sociedade, como: poluição, desemprego, violência, entre outros (Santos, 2000; Silva, 2021). Em decorrência dessas mazelas e do esgotamento do modo de vida nas grandes cidades, há alguns anos, grupos de pessoas vem recorrendo a modos de vidas alternativos, participando de comunidades intencionais sustentáveis, que questiona a lógica capitalista e integrando ecovilas (Valverde, 2022).

Amanda Varella Barca Ramos (2016), em sua obra “Ecovilas: teoria versus prática. Como os princípios da sustentabilidade são de fato aplicados em comunidades do Distrito Federal e Goiás.”, fala que apesar de existir ecovilas bem sucedidas em ambientes urbanos, o principal intuito do movimento de formação desses assentamentos sustentáveis, expõe um sentimento de cansaço e esgotamento do modo das cidades, de industrialização e de consumismo dominantes da sociedade atual e, consequentemente, um anseio por uma reorganização social que respeite o equilíbrio ecológico (Britto, 2018). Como dito anteriormente, esse mesmo contexto de esgotamento deu origem a outros movimentos de contraculturas na década de 1960 e 1970, como o pacifismo, o movimento hippie e o ecologismo (Ramos, 2016).

Especialmente, o movimento Hippie nos Estados Unidos, em 1970, que contribuiu de maneira significativa com a origem do movimento de ecovila. O movimento hippie rejeitava a cultura dominante e almejava criar comunidades intencionais que se conectassem com a natureza (Dawson, 2009, p. 2; Kaminski, 2016). Ramos (2016) realça a importância dos ensinamentos do ativista Mahatma Gandhi e das comunidades de contracultura para a formação das ecovilas:

O ativista Mahatma Gandhi, com seus ensinamentos sobre autoconfiança, descentralização e investigação espiritual, além de seu trabalho em prol da paz e do meio ambiente, também influenciou a criação de organizações baseadas em princípios ecológicos. Isso se complementou com a tecnologia intermediária voltada para uma produção mais humana e comunitária, a

educação alternativa que se distanciava do objetivo convencional de formar trabalhadores "em massa" e consumidores compulsivos, e os movimentos hippies, monásticos e de coabitação, todos desempenhando papéis importantes na formação das ecovilas. (Ramos, 2016, p.13).

Motivados pelos movimentos da década de 1970 e pelos discursos de ativistas políticos e sociais, grupos de pessoas se reuniram e foram em busca de uma “terra prometida”, de um lugar conectado com a natureza que eles poderiam chamar de lar e viver em paz consigo mesmo (Silva, 2021). Mesclando esses fatos com dados obtidos por meio de entrevistas, conteúdos extraídos de páginas de ecovilas em redes sociais e informações disponibilizadas no site da GEN, pode-se traçar um perfil de moradores da seguinte maneira: A tendência são pessoas “desconstruídas” em relação ao padrão dominante, pessoas “alternativas”, com características semelhantes aos hippies, demonstrando certo esgotamento com o modo de vida diário nas cidades, com bastante foco também na espiritualidade e no autoconhecimento, possuindo apego com a natureza e dispostas a morar em coletivo longe dos grandes centros das cidades, podendo ou não realizar trabalhos artesanais.

1.5 Ecovilas no Brasil

No Brasil não há um consenso quanto à origem do movimento comunitário das ecovilas no país. Antes mesmo da chegada da GEN, no Brasil já haviam organizações voltadas às comunidades de contracultura e sustentáveis, desde 1978 as comunidades alternativas eram reunidas pela ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Alternativas) (Souza, 2022). A aproximação com a GEN de fato, só ocorreu em 1999, através do ENCA (Encontro Nacional de Comunidades Alternativas). Contudo, no início, a ABRASCA optou por não se juntar a ENA BR, pois preferia manter sua autonomia, o que resultou em duas organizações com propósitos semelhantes atuando de forma diversa no país. Apenas em 2002, que a GEN tem sua primeira ação no Brasil, em Nazaré Paulista no Estado de São Paulo. Essa primeira ação seria considerada um marco para a delimitação do conceito de ecovilas no país. Nesse encontro, foi realizado um curso de treinamento de ecovilas, ministrado por uma moradora escocesa de Findhorn, que tinha o objetivo de apresentar o modelo das ecovilas baseado em uma abordagem integrada que contemplava as diferentes dimensões da sustentabilidade (Junior, 2016; Silva, 2021). Em 2011, foi criado o MBE – Movimento Brasileiro de Ecovilas, em Brasília, contudo, o movimento acabou sendo agrupado pela GEN em 2012, o que resultou em um marco

importante das ecovilas no Brasil, pois, a partir desse episódio a GEN determinou que a CASA Latina seria responsável pelos movimentos na América Latina, e a CASA Brasil, pelos movimentos no país (Souza, 2022).

A GEN possui 43 iniciativas cadastradas no território brasileiro [Figura 2], enquanto o diretório da Rede CASA Brasil, em 2024, apresenta 88 assentamentos humanos sustentáveis no país [Figura 4]. Vale ressaltar que nem todos os assentamentos são, de fato, ecovilas, estando incluídos outros tipos de assentamentos sustentáveis. A seguir, apresentam-se as ilustrações que ilustram essas informações:

Figura 2 - Assentamentos humanos sustentáveis no Brasil cadastrados na Global Ecovillage Network.



FONTE: (GEN, 2024). Disponível em: <https://ecovillage.org/ecovillages/>. Acesso em: 31/12/2024.

As cores mudam a partir do zoom aplicado na imagem, no caso da figura exposta neste trabalho, a cor amarela representa quando é 10 ou mais ecovilas espalhadas

próximas a região, a cor azul são quando tem de 3 a 9, e o marcador vermelho representa alguma ecovila em específico.

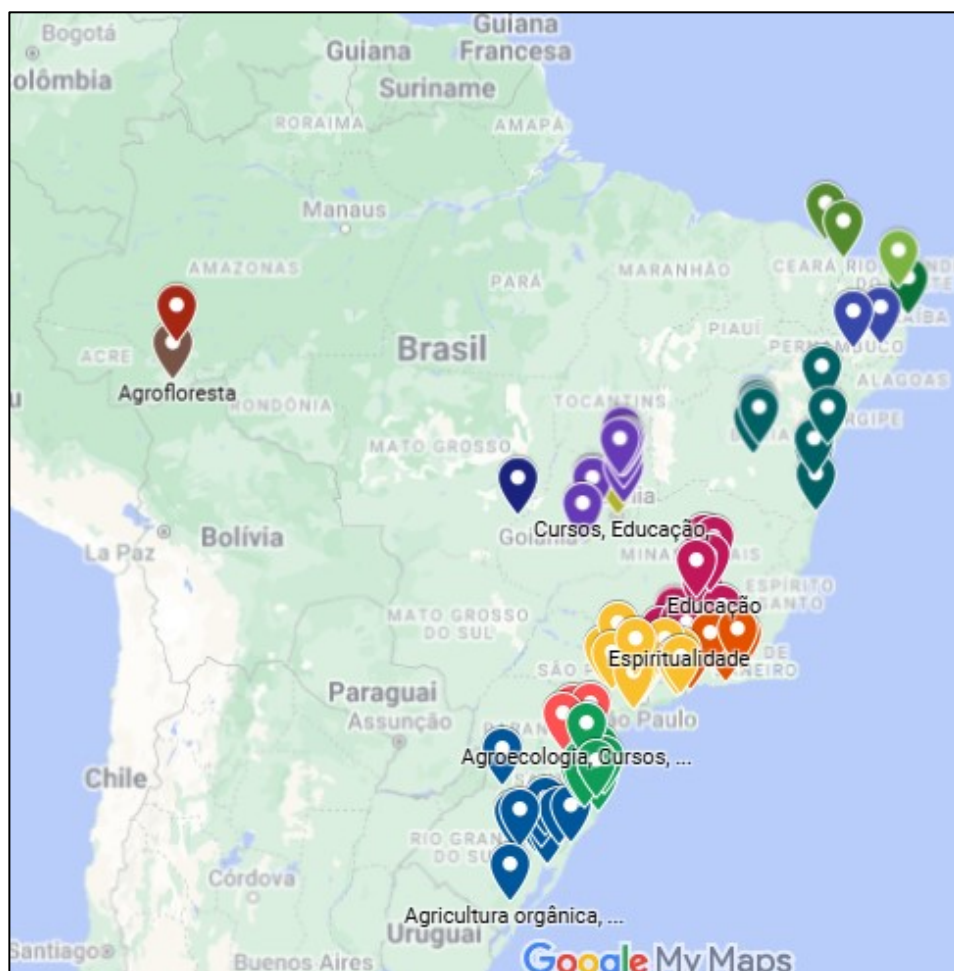
A seguir um quadro [Figura 3] com todos os assentamentos sustentáveis localizados por Estados que estão cadastrados no site da GEN:

Figura 3 – Iniciativas de assentamentos sustentáveis por localidades cadastrados no site da Global Ecovillage Network

Estados Brasileiros	Iniciativas cadastradas
Amazonas (AM)	Vila Céu do Mapiá
Bahia (BA)	Fundação Terra Mirim; Ecovila Piracanga; Comunidade Aldeia - Terra Preta
Espírito Santo (ES)	Jacutinga do Caparaó
Goiás (GO)	Vila Qatuan; Ecovila da Montanha; Instituto Biorregional do Cerrado - IBC
Mato Grosso (MT)	Erigindo Dipam
Minas Gerais (MG)	Ecovila Ayrumã; Ecovila Viver Simples; Terra UMA; Eco Centro Social Vila dos Sonhos
Paraíba (PB)	Ecovila Felicidade
Piauí (PI)	Fazenda-Escola Anjos do Sertão
Rio de Janeiro (RJ)	Comunidade Autossuficiente de Ecovila; Eco Caminhos; Ecovila Santa Branca; Ecovila EL NAGUAL
Rio Grande do Sul (RS)	Centro de Invenções Possibilica Archiarchy; Arca Verde (2x)
Santa Catarina (SC)	Bioaldeia Arawikay; Instituto ÇaraKura; Utopia vida autossuficiente; Ecovila Florescer; Espaço Orgânico Imagine
São Paulo (SP)	Casa pangea; Parque Visão Futuro; Magdala Ecovila; Ecovilab - Laboratório de Ecovilas; Ecovila Santa Margarida; Ecovila Raiz do Anuhmas; Vila das Borboletas; Elos; Terra Luminosa; Projeto Walden XXI; Programa Permanente Ecobairro Instituto Ecobairro Brasil; Instituto Favela da Paz

Elaborado por: Santana, R. T., 2025.

Figura 4 - Assentamentos humanos sustentáveis em território nacional de acordo com o diretório do Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina.



FONTE: (Rede CASA Brasil, 2024). Disponível em:

<https://www.redecasabrasil.org/assentamentos-sustentaveis>. Acesso em: 31/12/2024.

As variedades de cores representam os 15 Estados Brasileiros e o Distrito Federal que possuem um ou mais assentamentos humanos sustentáveis, os Estados e o Distrito Federal e suas cores respectivamente são: Minas Gerais (rosa choque); São Paulo (amarelo); Rio Grande do Sul (azul); Bahia (verde água escuro); Goiás (lilás escuro); Santa Catarina (verde água); Rio Janeiro (laranja); Paraná (rosa salmão); Ceará (verde selva); Pernambuco (azul arroxeadado); Acre (marrom claro); Amazonas (marrom avermelhado); Mato Grosso (azul escuro); Paraíba (verde escuro); Rio Grande do Norte (verde marciano) e o Distrito Federal (verde lima).

2. A PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO TRIÂNGULO MINEIRO

A compreensão dos processos históricos está inserida na lógica da produção espacializada, com isso a Geografia tem muito para promover o entendimento das questões postas quanto as Ecovilas no Triângulo Mineiro. Assim, pensar geograficamente requer analisar os processos que estruturam o agora, que se organizam na nossa constatação do estado presente.

Metodologicamente para definir o trabalho e compreender os processos históricos tem como centralidade os elementos epistemológicos da Geografia Regional, com isso é possível delimitar as questões e resolver os problemas que são inseridos nesse trabalho. A regionalização das questões não é um elemento isolado, pelo contrário trata-se de múltiplas escalas que atuam no espaço delimitado como região.

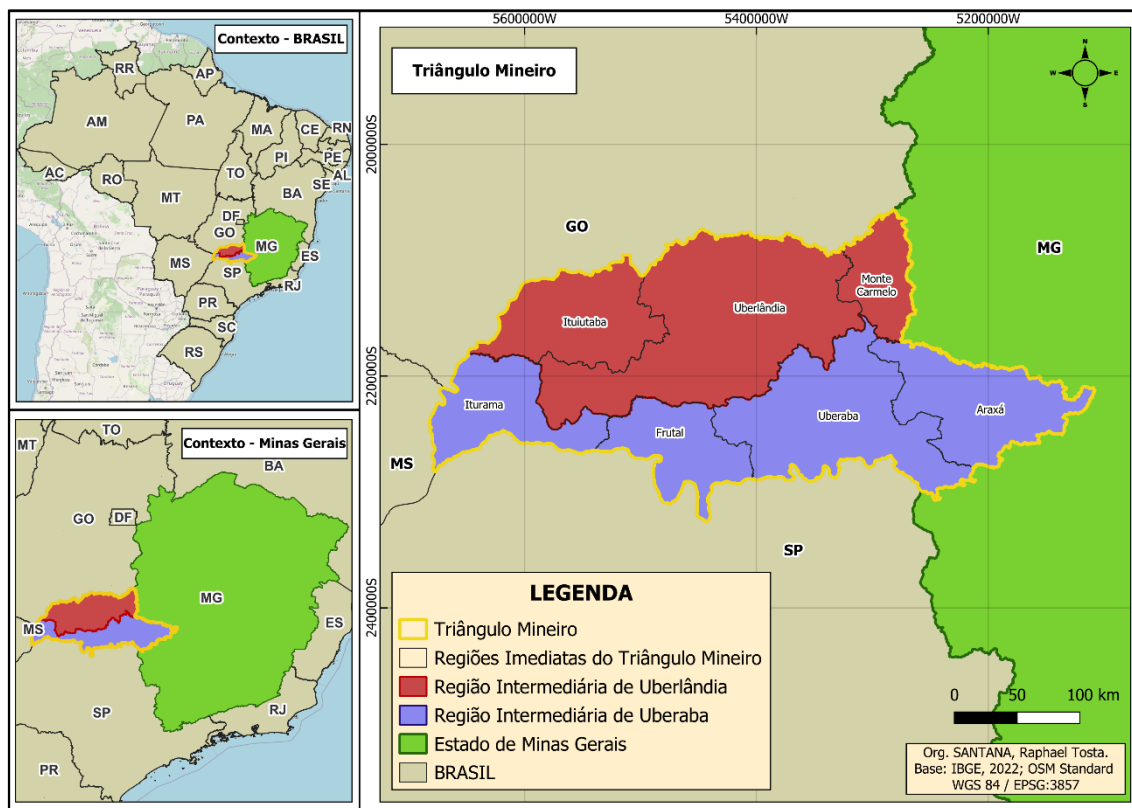
Também é importante definir que o processo epistemológico da Geografia Regional parte das definições econômicas culturais, políticas, administrativos e entre outros.

Em Minas Gerais, as regionalizações oficiais existentes foram criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). Em 2017, o IBGE propôs uma nova regionalização devido a interesses políticos-administrativos na intenção de ressaltar o maior polo da hierarquia urbana de cada uma delas. Essa nova regionalização recebeu o nome de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, as quais substituem, respectivamente, as Mesorregiões e Microrregiões, propostas pelo próprio IBGE em 1990 (Santos, M. G. A.; Alvim, A. M. M, 2022).

Diferentemente da regionalização de 1990, a regionalização de 2017 se baseou em estudos antigos do IBGE, como as Regiões Funcionais Urbanas de 1972, as Regiões para Fins de Planejamento, elaborado pela FJP em 1973, as Regiões de Influência de Cidades de 2007, a Divisão Urbano-Regional de 2013, Gestão do Território e Logística dos Transportes do Brasil do ano de 2014 e por fim, nos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas de 2016 (Santos, M. G. A.; Alvim, A. M. M, 2022). Apesar de seus mais de 200 anos, o Triângulo Mineiro foi oficialmente reconhecido pelo IBGE somente em 1950, quando foi realizado o Censo Demográfico da época. Em 1990 o Triângulo Mineiro foi anexado ao Alto Paranaíba e foi inserido como uma mesorregião (Araújo, 2021). A divisão regional mais atual, dividiu a região do Triângulo em duas

Regiões Geográficas Intermediárias, sendo elas a de Uberaba e Uberlândia, como mostrado na [Figura 5], sendo que nelas estão inclusas sete Regiões Geográficas Imediatas, a de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Iturama, Monte Carmelo, Uberaba e Uberlândia.

Figura 5 - Mapa da Região Geográfica Intermediária do Triângulo Mineiro



Fonte: IBGE, 2022. OSM Standard.

Org.: Santana, R. T., 2025.

É possível afirmar que a configuração e a organização das regiões no Brasil, como é o caso do Triângulo Mineiro, resultam de uma análise que envolve diversos fatores, como por exemplo, as dinâmicas sociais, o ambiente natural e a rede de infraestruturas e interconexões entre os lugares. Esses elementos são fundamentais para a definição de uma região, pois estruturam as relações espaciais e suas articulações (Araújo 2021; Diniz, Bartella, 2005). Outro processo que teve um papel importante no contexto de regionalização tanto do Brasil quanto em Minas Gerais, foi a modernização urbano/industrial, que impactou nas divisões regionais contemporâneas e futuras, criando um ciclo constante de transformação do território. A regionalização, portanto, sempre teve como objetivo orientar a organização territorial para fins de planejamento e administração, sendo o planejamento essencial para a implementação de políticas

públicas, distribuição de recursos e intervenções espaciais, com a finalidade de adequar o território às necessidades impostas pelo Estado (Araújo, 2021).

2.1 A formação do Triângulo Mineiro até o século XX

A história da ocupação do Triângulo Mineiro começa com a tribo dos Tremembés, que muito provável vieram do norte do país e ocuparam até o início do século XVIII o território que hoje corresponde a região triangulina. Logo em seus primórdios, a história do triângulo é marcada por conflitos, pois antes mesmo da chegada dos bandeirantes, a tribo dos Tremembés foi expulsa pelos Caiapós meridionais, nação esta encontrada no momento da colonização da região (Arquivo Público de Uberaba, 2016). A área que habitavam correspondia aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Arquivo Público de Uberaba, 2016; Lourenço, 2005; Osorio, 2019). Durante o século XVIII ao século XIX, Lourenço (2005) apresenta que havia dois Cerrados na região: O Cerrado indígena, marcado por atividade de caça e coleta e uma economia horticultora e aldeã; E o Cerrado Geralista, com uma economia distinta voltada para a pecuarista e agrícola, contrária ao estilo de vida indígena (Araújo, 2021). No século XVIII, o movimento bandeirante paulista marchou para o interior do continente (a chamada expansão para o oeste), visando a busca de metais e pedras preciosas e, também a eliminação e exploração dos indígenas. Esse movimento transformou toda essa área na Capitania Geral de São Paulo, iniciando o processo de extermínio das populações caiapós, quanto ao processo que Lourenço (2005) chamou de caboclicização, que consistia no aculturamento dos indígenas sob a cultura roceira:

Outro desfecho, que se pode seguir ao contato entre a sociedade nacional e os povos indígenas, é o da aculturação, que resulta de uma acomodação entre indígenas e roceiros. Nesse caso, estabelece-se uma coexistência, na qual o indígena, aos poucos, abre mão das práticas de caça e coleta e da agricultura tradicional, e se sedentariza, absorvendo de forma crescente elementos culturais dos caboclos, até que seu modo de vida se torne indistinguível destes. A língua e a religião são esquecidas e a identidade indígena desaparece, diluída na sociedade sertaneja circundante. Chamaremos caboclicização esse processo de aculturação. (Lourenço, 2005, p.47)

Com a descoberta de ouro no território que mais tarde seria a província de Goiás, deram início ao aprimoramento do caminho que ligava São Paulo às Minas. Entre 1722 e 1725, liderados por Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido por Anhanguera, os sertanistas paulistas, avançaram para as minas de Goiás, formando arraiais e vilas pelo caminho naquela região (Araújo, 2021; Arquivo público de Uberaba, 2016; Lourenço,

2005). Lourenço (2005), relata que a região passou por um processo pouco comum. Várias populações indígenas que vinham de outras regiões como a de Goiás e Mato Grosso, foram assentadas no território, com o objetivo de estimular a ocupação colonial do Triângulo Mineiro.

Durante o processo de emancipação e criação da capitania de Goiás, quando o Triângulo Mineiro passou a integrar essa província em 1748, os índios Caiapós, que habitavam a região, representavam resistência e ameaça à estabilidade dos arraiais de mineração e ao tráfego nas estradas, realizando ataques frequentes aos viajantes. Diante dessa situação, em 1749, a Coroa Portuguesa, a mando de D. João V, decidiu combater os indígenas. Para reforçar a segurança da estrada, o governo da capitania de Goiás contratou o sertanista paulista Antônio Pires de Campo, que liderou uma expedição com 500 indígenas bororos, com o objetivo de exterminar ou capturar os caiapós. Essa campanha se estendeu até 1750. Sob as ordens do governador paulista, Antônio Pires fundou aldeamentos na região, que passou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre, e os bororos ficaram responsáveis pela proteção dessas comunidades (Araújo, 2021; Arquivo público de Uberaba, 2016). Nos anos seguintes à criação dos aldeamentos, mudanças na economia mineradora de Minas Gerais e a descoberta de ouro e diamantes no Sertão da Farinha Podre (especialmente em Desemboque) atraíram migrantes, principalmente das áreas vizinhas das vilas de mineração. Além disso, a descoberta de jazidas de ouro em Desemboque foi crucial para o povoamento da região, criando um centro de colonização que influenciaria a formação de futuras vilas como Araxá, Uberaba, Prata e Patrocínio. Desemboque foi o primeiro centro administrativo da região, fundado em 1776, seguido por Araxá em 1811, que também subordinava Uberaba (Arquivo Público de Uberaba, 2016).

De acordo com Lourenço (2010), a descoberta das minas de Paracatu foi o evento decisivo para a formação do “Triângulo Mineiro”. Esse acontecimento, ocorrido em 1744, provocou uma reestruturação territorial, que, em 1815, resultou na criação da Comarca de Paracatu. No ano seguinte, essa comarca passou a incluir os territórios de Desemboque e Araxá. Nesse mesmo ano, 1816, o Triângulo Mineiro passou a integrar oficialmente o território de Minas Gerais por meio de uma carta assinada por Dom João VI. A decisão do rei de Portugal foi influenciada pela pressão de comerciantes, líderes políticos e fazendeiros de Araxá e Patrocínio, que desejavam se desvincular da Capitania de Goiás. Entre os principais motivos estavam o interesse por benefícios comerciais, como a redução de impostos, e a proximidade geográfica: Araxá estava mais próxima de

Ouro Preto, a então capital de Minas Gerais, do que de Goiás, o que facilitava o acesso à administração mineira (Araújo, 2021; Guimarães, 2010; Osorio, 2019). Com a aprovação do Ato Adicional à Constituição em 1834, as províncias ganharam maior autonomia, estabelecendo suas próprias Assembleias Legislativas. A partir desse momento, as comarcas começaram a ser criadas por meio de leis provinciais. Somente no final do século XIX e na transição para o XX, ocorreu a mudança na denominação da região, passando de "Sertão da Farinha Pobre" para enfim, "Triângulo Mineiro". Essa alteração coincidiu com a chegada da ferrovia Mogiana e a Proclamação da República refletindo um novo momento para a área. Durante esse período, Uberaba se destacou como um importante centro comercial, além de possuir uma localização estratégica, na interseção de rotas que conectavam Mato Grosso e o Triângulo Mineiro à região central de Minas Gerais e ao Rio de Janeiro. A cidade também estava situada na Estrada dos Goiaes, que ligava Goiás a São Paulo. Nesse mesmo período as sociedades indígenas desapareceram, pois seu estilo de vida já não era compatível com os interesses governamentais (Araújo, 2021; Lourenço, 2005; 2010).

Em 1888, o Triângulo Mineiro recebeu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, empresa ferroviária brasileira, criada em 1872 por fazendeiros da região de Campinas em São Paulo, essa parceria conectou de vez a região triangulina com a economia paulista (Lourenço, 2007). A introdução da ferrovia provocou a expansão das cidades até a direção das estações ferroviárias, modificando tanto a economia quanto a dinâmica urbana, pois a partir da nova linha férrea, o fluxo de mercadorias melhorou, o que impulsionou o capitalismo mercantil na região.

No início do século XIX, a economia do Triângulo era basicamente agrícola, voltada para a subsistência e ao abastecimento regional (Araújo, 2021), a pecuária fornecia carne para outras regiões e para a Corte Imperial. Contudo, perto do início do século XX, a ferrovia provocou uma série de mudanças importantes na dinâmica regional, como o fortalecimento de uma elite mercantil, investimentos urbanos em indústrias de beneficiamento agrícola, aumento da produtividade agropecuária, e imigração estrangeira para o estabelecimento de oficinas e casas comerciais (Araújo, 2021; Osorio, 2019).

Com o declínio da economia aurífera no Triângulo, a principal fonte de sustento econômico da região passou a ser a agropecuária, que se diversificou para atender tanto ao mercado interno quanto à exportação (Guimarães, 2010). O setor agropecuário se tornou mais dominante, e a região passou a depender cada vez mais das exportações, com o crescimento da produção agrícola e da pecuária. Apesar disso, a região ainda mantinha

uma produção voltada para consumo local, coexistindo com a produção comercial (Araújo, 2021; Lourenço, 2010).

No início do século XX, a população ainda era majoritariamente rural, mas três cidades — Uberaba, Araguari e Uberabinha (Atual Uberlândia) — concentravam a maior parte da população urbana. A pecuária, especialmente o rebanho bovino, era um importante indicador de poder político local, e a agricultura atendia ao mercado interno, enquanto a indústria, tanto extrativa quanto fabril, estava voltada à rota ferroviária, com destaque para o processamento de produtos locais, devido a limitação de infraestrutura elétrica e da ausência de modernização da indústria. (Guimarães, 2010; Osorio, 2019).

Com o projeto de modernização territorial do Brasil, no governo de Getúlio Vargas em 1930, em destaque “Integrar para não Entregar” e “Marcha para Oeste”, a região do Triângulo Mineiro se beneficiou com a expansão das redes de transporte, infraestrutura e serviços, especialmente para viabilizar a construção de Brasília. Durante esse processo, a região se tornou estrategicamente importante, ligando a economia paulista à nova capital federal, Brasília (Araújo, 2021). A construção da capital e os projetos de incentivo à agricultura moderna favoreceram a região triangulina, que se consolidou como um centro estratégico entre São Paulo e Brasília. A industrialização no centro-sul também contribuiu para a transformação da região, que passou a integrar-se mais intensamente à economia paulista e, por consequência, à economia global, especialmente com a exportação de produtos agroindustriais (Araújo, 2021; Guimarães, 2010).

2.2 O Triângulo Mineiro no Século XX E XXI: a Expansão do Agronegócio e a Integração Regional

A partir da segunda metade do século XX, o Triângulo Mineiro passou por transformações, como uma região de intensa conexão produtiva e comercial, especialmente com São Paulo, e desempenhou um papel crucial na economia regional, particularmente no setor do agronegócio. Durante os anos de 1960 e 1970, essa integração regional e nacional se intensificou, com a agricultura brasileira respondendo por 81% das exportações (Silva, 2023). Este movimento foi fundamental para o reconhecimento da região como “vacionada” para o agronegócio, mas como observa João Vitor dos Reis Araújo (2021), essa “vocação” não é uma característica natural, mas uma construção histórica e geográfica resultante de um longo processo de transformação socioespacial.

Dito anteriormente, a ferrovia Mogiana foi crucial para a estruturação da região, devido a modernização da infraestrutura que foi impulsionada pela construção de Brasília e por outros investimentos. O Triângulo Mineiro foi moldado pela crescente presença do capital agroindustrial, que direcionou o uso da terra e as práticas produtivas para a produção em larga escala de commodities. Essa dinâmica visava a acumulação de capital e, para isso, era necessário "ausentar" outras formas de uso da terra, como aquelas ligadas à agricultura familiar e à preservação ambiental (Araújo, 2021).

A agricultura voltada para o agronegócio, com foco na padronização e na produção intensa, se tornou dominante, regionalmente, enquanto outras formas de cultivo e culturas, muitas das quais ligadas ao “Cerrado Indígena”, ficaram escanteadas nos discursos sobre a região. Em outras palavras houve a necessidade em construir um discurso no qual as populações originais do Triângulo fossem ignoradas e todo desenvolvimento produtivo fosse direcionado para a produção intensa da agricultura.

Além disso, a partir dos anos 1970, o território do Triângulo Mineiro foi utilizado como “instrumento” de instalação, com os grandes grupos econômicos e empresas agroindustriais ocupando rapidamente novos espaços no cerrado e tornando as atividades agropecuárias mais intensivas em tecnologia e capital, além também do apoio de políticas estatais (Pereira, 2012). Com a crescente valorização das commodities no mercado global, as cidades da região, em especial Uberlândia, se articularam à economia globalizada, se especializando na produção e comercialização de gêneros agropecuários e agroindustriais, impulsionada pelo financiamento de grandes empresas nacionais e internacionais (Silva, 2023).

Esse processo, que é resultado histórico dos processos geográficos de negação de outras formas de existência, mostra não apenas a transformação econômica e estrutural da região, mas também os impactos sociais, culturais e ambientais de uma visão única e concentrada de desenvolvimento. O uso intensivo de agrotóxicos, a redução da vegetação para novas plantações e a exploração desmedida dos recursos hídricos comprometeram a sustentabilidade ambiental e afetaram as comunidades locais. A lógica do agronegócio, que prioriza a maximização da produção e da riqueza para um número restrito de atores, resultou na concentração de terras e riquezas, ampliando as desigualdades socioeconômicas na região (Araújo, 2021; Guimarães, 2010).

Desta forma, é fundamental entender o processo de exclusão produtiva da região, tal exclusão inviabilizou uma identidade sustentável para região e com isso não houve a preocupação do próprio Estado com a ampliação de um modo de vida vinculado ao

equilíbrio socioambiental. As lutas das populações indígenas e quilombolas foram historicamente negadas pelo Estado.

Assim, as alternativas mais sustentáveis, como a agricultura camponesa e a preservação das culturas locais e assentamentos sustentáveis foram escanteadas, e a região se viu reduzida a uma dinâmica voltada exclusivamente para o agronegócio, ignorando as múltiplas possibilidades de desenvolvimento que poderiam beneficiar a sociedade de forma mais equitativa e sustentável.

3. MOVIMENTO DE ECOVILAS NO TRIÂNGULO MINEIRO

Nessa terceira sessão, será discutido os fatores que impediram e ainda impedem o desenvolvimento do Movimento de Ecovilas no Triângulo Mineiro. Serão abordadas as conclusões finais sobre as questões práticas e estruturais que explicam essa ausência, passando pelo papel histórico da região na economia nacional, pela influência da cultura agropecuária na organização do território e também pelo perfil das pessoas que migraram para cá. Além disso, será feita uma comparação com outras regiões do Brasil onde as ecovilas conseguiram se estabelecer, como por exemplo, a região de Alto Paraíso, no Estado de Goiás, para entender o que diferencia essas realidades. Por fim, será realizada uma reflexão sobre o modo de vida predominante na região e os desafios para a implementação dessas práticas sustentáveis.

Afinal, quais os motivos que impediram o desenvolvimento desse movimento na região?

Para entender por que as ecovilas não existem aqui, primeiro precisamos olhar para a função histórica do Triângulo Mineiro dentro da economia nacional. Sua função sempre esteve voltada ao abastecimento, tanto para o Estado de São Paulo quanto para Brasília. Visto anteriormente no segundo capítulo, o desenvolvimento da região foi impulsionado pela expansão da agropecuária e pela mecanização do campo, o que consolidou um modelo econômico fortemente baseado no agronegócio e na produção de commodities. Esse processo histórico não moldou apenas a estrutura rural da região, que é caracterizada por grandes latifúndios e a baixa presença de comunidades tradicionais, como também a configuração urbana do Triângulo. Com a modernização da agricultura, o setor agropecuário recebeu grande incentivo e aprofundou ainda mais a dependência da economia local em relação ao agronegócio. A predominância desse modelo econômico fez com que outras formas de ocupação do território, como as ecovilas não encontrassem

espaço para se desenvolver. O que fez com que no Triângulo Mineiro o vínculo da população com a terra sempre estivesse mais atrelado à produção e ao trabalho do que a uma relação simbólica ou espiritual com a natureza. Embora haja outras formas de comunidades sustentáveis, como os assentamentos agroecológicos do MST, estas não se configuram como ecovilas.

Outro fator importante para a ausência das ecovilas é o perfil das pessoas que migraram para a região. O fluxo migratório mais intenso ocorreu entre as décadas de 1970 e 1990, período em que muitos trabalhadores chegaram ao Triângulo em busca de melhores condições de vida. Segundo Ferreira (1998), cerca de 56% desses migrantes não possuíam o primeiro grau completo, o que indica um perfil de baixa escolaridade e renda, voltado principalmente para empregos fixos no campo e na cidade.

Diferentemente do que ocorreu na região de Alto Paraíso, onde os migrantes buscavam um estilo de vida alternativo e uma reconexão com a natureza, as pessoas que vieram para o Triângulo Mineiro tinham um objetivo totalmente diferente. Além disso, a forte presença do agronegócio construiu uma cultura de valorização do trabalho ligado à terra, mas dentro de uma lógica produtivista e não sustentável, principalmente com a chegada dos sulistas e suas técnicas de produção agrícola, tornando viável a produção agrícola nos chapadões mineiros. Ocorreu que a conexão com a terra não se deu por um sentimento de pertencimento ou preservação ambiental, mas sim pela exploração econômica.

Sendo assim, como explicar o fato das ecovilas terem se desenvolvido em regiões mais antropizadas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul? E ainda, por que em Alto Paraíso, no estado de Goiás, esse movimento conseguiu se consolidar, mesmo sendo um estado com uma função de abastecimento parecida com a do Triângulo Mineiro? No fim das contas, essas áreas também passaram por um processo intenso de ocupação e possuem um forte papel na economia produtiva. A resposta é que muitas dessas comunidades se estabeleceram próximas ao litoral ou em áreas próximas a grandes cidades, pois isso facilitava a chegada de pessoas estrangeiras e de diferentes perfis socioculturais. A proximidade com centros urbanos permitiu que essas regiões atraíssem indivíduos interessados em novas formas de viver, além de viabilizar economicamente a construção das ecovilas por meio de práticas sociais sustentáveis, de terapias holísticas e de outras práticas ligadas ao bem-estar e à espiritualidade.

Já em Alto Paraíso de Goiás, na Chapada dos Veadeiros, diferentemente do Triângulo Mineiro, essa região atraiu migrantes que buscavam um "refúgio espiritual",

um espaço onde poderiam viver mais próximos da natureza e experimentar novos estilos de vida comunitários. O próprio Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1960, ajudou a consolidar esse movimento, trazendo para a região pessoas interessadas nesse estilo de vida alternativo. Além disso, foi criada uma mística em torno dos cristais da Chapada, isso contribuiu para a permanência desse perfil de moradores. Havia uma crença de que os cristais da região possuíam energias especiais, capazes de transformar a espiritualidade dos indivíduos e de "expulsar" aqueles que não se adaptam ao local. Essa mística, juntamente com o fracasso de grandes projetos de turismo em massa na região, fez com que Alto Paraíso prosperasse com o Movimento de Ecovilas (Silva, 2021). Outro aspecto importante no desenvolvimento das ecovilas em Alto Paraíso foi a presença de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, que compartilharam seus conhecimentos sobre práticas sustentáveis e contribuíram para a formação de uma cultura de respeito ao meio ambiente. Esse tipo de relação não ocorreu no Triângulo Mineiro, onde a estrutura fundiária consolidada e a ausência de comunidades tradicionais dificultaram o compartilhamento desses ensinamentos.

Vale lembrar que mesmo nessas regiões onde as ecovilas se desenvolveram, o movimento ainda enfrenta desafios. Praticamente quase todos que optam por viver nesse modo de vida alternativo e comunitário lidam com a dificuldade para adquirir terras férteis e bem localizadas, lidam também na maioria das vezes com a falta de interesse e sintonia da população, muitos querem e se interessam nesse modo de vida, contudo não querem adotar seus princípios, não querem abrir mão do conforto e dos “benefícios” do modo de vida capitalista.

No Triângulo Mineiro, esses desafios são ainda mais intensos devido à forte presença da cultura “agro” e da ausência de um sentimento de pertencimento e de “amor pela terra” (no sentido de preservação e conexão espiritual) (Araújo, 2021). Diferentemente de locais como Alto Paraíso, onde a natureza e a mística do território desempenham um papel fundamental na “atração” de moradores alternativos (Silva, 2021), o Triângulo Mineiro construiu sua identidade em torno da produção agrícola e da busca por estabilidade econômica.

Sendo assim, a ausência das ecovilas no Triângulo Mineiro não é um acaso, mas sim o resultado de um longo processo histórico e social. A região foi estruturada para o agronegócio, atraiu uma população voltada para o trabalho e o progresso econômico, e nunca desenvolveu uma cultura que incentivasse modos de vida alternativos. Enquanto outras regiões conseguiram estabelecer ecovilas ao longo dos anos, seja por sua

proximidade com grandes cidades, pelas práticas sociais ou por sua espiritualidade, o Triângulo Mineiro seguiu um caminho diferente, se consolidando como um território essencialmente produtivo, mas pouco receptivo às ecovilas.

Também se faz necessário destacar que existem consequências desse processo de ausência de ecovilas, visto que não existe um discurso e uma prática quanto ao enfrentamento da degradação promovida pelo agronegócio. Desta forma, as ecovilas teriam o potencial de autenticidade de lutas contra as formas de destruição-produtiva e garantiriam um novas perspectivas de organização econômica, política, cultural e social.

Também se entende que as ecovilas tem grande potencial para ensinar outra forma de ver, viver e experimentar a vida. A produção da mercadoria não é o ponto crucial desse processo e sim as relações humanas estabelecidas de forma equilibrada com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permite refletir de forma mais profunda em relação à construção do espaço geográfico do Triângulo Mineiro e a sua formação social. Apesar de um conhecimento prévio a respeito das comunidades sustentáveis, nunca se havia pensado nos motivos pelos quais elas não se desenvolveram expressivamente aqui na região. Não há trabalhos publicados nas universidades da região sobre esse tema, isso faz com que esta pesquisa seja pioneira no assunto de ecovilas na região do Triângulo Mineiro, tornando-a muito importante e necessária para o meio acadêmico. Inicialmente, o intuito desta pesquisa era identificar e analisar uma ecovila como estudo de caso, porém, ao aprofundar na pesquisa notou-se que esse tipo de comunidade simplesmente não existia aqui, enquanto em áreas vizinhas tinham a presença mais forte delas. Essa ausência levou a investigar mais a fundo as razões desse “mistério” e refletir sobre os desafios para a implementação desse modelo sustentável.

O modo de vida sustentável se torna cada vez mais necessário diante dos impactos da ação humana sobre o meio ambiente. Nos últimos anos nota-se como o esgotamento dos recursos naturais, o consumismo, as mudanças climáticas e o desmatamento se tornaram um problema mundial para a população e para o meio ambiente. Diante desse cenário de degradação, a prática sustentável se torna ainda mais crucial e imediata para amenizar a destruição da Terra, além disso, ela seria benéfica para

a saúde da sociedade e da vegetação e também traria valorização para as comunidades tradicionais.

Pode se acreditar que a instalação de ecovilas no Triângulo Mineiro um dia possa ser viável, pois na região também há existência de lugares “místicos”, com uma cultura tradicional e antiga, que serviria de estímulo para o cultivo do sentimento de pertencimento da terra. Essas comunidades poderiam estimular a produção de alimentos saudáveis e fortalecer a conexão da população com o Cerrado, que sofre constantes ameaças. Contudo, para que esse modelo se torne viável, é fundamental desconstruir a dependência econômica exclusiva da agropecuária. É importante reconhecer a relevância do agronegócio para a região e para o país, mas também buscar um equilíbrio que permita o desenvolvimento econômico sem comprometer o meio ambiente, valorizando e fortalecendo as comunidades tradicionais. Sempre se soube da forte presença do agronegócio, mas antes desta pesquisa, não se imaginava que a ausência das ecovilas estava diretamente relacionada não apenas a esse setor, mas também ao próprio processo de formação espacial da região.

Além dos desafios econômicos, se concluiu que há também uma barreira cultural e educacional. Desta forma, entende-se que falta à população do Triângulo Mineiro um sentimento de pertencimento e valorização da terra. A ausência de conteúdos sobre geografia das comunidades tradicionais no currículo escolar e na administração pública mostra a falta de incentivo à educação ambiental e à adoção de estilos de vida sustentáveis. Esse vácuo que existe na esfera educativa dificulta a construção de uma consciência coletiva voltada para a sustentabilidade. Além disso, o modo de vida capitalista vigente impõe um obstáculo para a população de baixa renda, que muitas vezes não tem condições de optar por esse estilo de vida. Sendo assim, o movimento das ecovilas acaba se tornando elitista, sendo acessível principalmente a grupos privilegiados que possuem “tempo” e recursos para essa mudança.

Outro fator que dificulta a expansão desse modelo é a falta de uma comunicação eficaz por parte da Global Ecovillage Network (GEN). A organização não demonstra um esforço significativo para se conectar com a realidade local, e a barreira linguística representa um obstáculo considerável, já que muitos moradores da região não dominam outros idiomas. Isso limita a ampliação do conceito e levanta questionamentos sobre a real capacidade da GEN de adaptar sua ideologia ao contexto brasileiro, ou se seus princípios são, na prática, apenas para países desenvolvidos. Nesse sentido, se faz necessário refletir sobre o papel da Global Ecovillage Network em relação aos países não

européus. Já existia, no Brasil, um pensamento de vida sustentável e formas tradicionais de organização comunitária, como assentamentos sustentáveis. No entanto, será que essas experiências só são reconhecidas se seguirem o padrão europeu proposto pela GEN? Para que uma comunidade seja considerada uma ecovila, ela precisa necessariamente aderir aos princípios estabelecidos por essa rede internacional? Por que não pode ser reconhecida simplesmente por aquilo que é? Seria mesmo necessário adotar modelos europeus para, só então, ser validada como ecovila?

Por fim, apesar desses desafios e questionamentos, os objetivos do trabalho foram alcançados. Os resultados obtidos confirmam parte das expectativas iniciais, mas também levantam novos questionamentos sobre os caminhos para a sustentabilidade no Triângulo Mineiro. Como geógrafo e estudioso em compreender as transformações espaciais, acredita-se que a pesquisa deve continuar e contribuir para a valorização dessa linha de pesquisa. Se espera que no futuro seja possível fortalecer a educação ambiental e promover um verdadeiro sentimento de conexão e respeito pela terra, resgatando também a cultura tradicional que foi apagada durante o processo de “evolução”, assim, se espera também provocar uma reflexão a respeito da sustentabilidade no Triângulo, e continua-se pesquisando para que um dia essa realidade seja acessível para todos na região.

Destaca-se que esse trabalho tem como centralidade ensinar sobre as ecovilas e garantir, de fato, que um dia as pessoas possam compreender que o mecanismo da vida não é a mercadoria e sim a vida em si.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Kellyssa Loren de Lima. **Uso e ocupação do solo no Triângulo Mineiro e a relação com focos de queimadas de 2010 a 2020**. 2022. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAÚJO, João Vitor dos Reis. **A reinserção do Triângulo Mineiro na dinâmica global da (re)produção capitalista contemporânea do espaço**. 2021. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33305>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. Colonização do Triângulo Mineiro. Arquivo Público de Uberaba. Disponível em:

<https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2016/11/colonizacao-do-triangulo-mineiro.html>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRITTO, Ana Luiza Rodrigues de. **Ecovila como alternativa no mundo contemporâneo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=34301@1>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CAMPANI, Michele Mucio. ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE E ECOVILAS. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2479>. Acesso em: 06 ago. 2024.

CAPELLO, Giuliana. **Meio Ambiente e Ecovilas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

CARVALHO, Natália Dayrell de. Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16102>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

COSTA, B.; VINHA, J. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: as manifestações do campo nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG)**. Geografia, v. 46, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5016/geografia.v46i1.16032>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CHRISTIAN, D. L. **Creating a Life Together: Practical Tools to Grow Ecovillages and Intentional Communities**. Gabriola Island, Canada: New Society Publishers, 2003.

DAWSON, Jonathan. **Ecovillages: new frontiers for sustainability**. Dartington: Green Books, 2015. 96 p.

DIAS, M. A. et al.. The meaning and relevance of ecovillages for the construction of sustainable societal alternatives. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 79–96, jul. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0083v2032017>> Acesso em: 24 jul. 2024.

DIAS, M. A.; LOUREIRO, C. F. B.. A SYSTEMIC approach to Sustainability – the interconnection of its dimensions in ecovillage practices. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. e00121, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc00121vu1911ao>> Acesso em: 12 ago. 2024.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005. p. 59-77. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/SN-v17-2005-9208>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Portal da Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FERREIRA, Ester William. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos migratórios (1980-1991). 1998. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.1998.12>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. D. P.. Ecovila como alternativa de organização socioambiental sustentável: uma avaliação de Piracanga, Bahia. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 459–471, set. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.14393/SN-v29n3-2017-7>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GEN - GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. **Ecovillages**. Disponível em: <<https://ecovillage.or>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GILMAN, R., & GILMAN, D.. Ecovilas e comunidades sustentáveis: um relatório para Gaia Trust pelo Context Institute. Bainbridge Island: Context Institute, 1991. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3083711>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GONÇALVES, J. C. S.; DUARTE, D. H. S. Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino. **Ambiente Construído**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 51–81, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3720>. Acesso em: 23 Jul. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010. DOI <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-249-6>. Acesso em: 13 jan. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

JACKSON, R. The Ecovillage Movement. *Permaculture Magazine*, n. 40, p. 11, 2004. Disponível em: https://www.steady-state.ca/articles/JTRJ_EV-Movement2004.pdf#. Acesso em: 22 jul. 2024.

JUNIOR, S. JOSÉ DOS SANTOS. **Zelosamente Habitando a Terra**: Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas. Tese (Doutorado em Geografia) —Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20636>. Acesso em: 30 ago. 2024.

KAMINSKI, L. F. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, v. 09, p. 467–493, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2016v9n18p437>.

KIRBY, Andy. Redefining social and environmental relations at the Ecovillage at Ithaca: A case study. *Journal of Environmental Psychology*, V.23, N.3 P.323-332, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00025-2](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00025-2) Acesso em: 23 jul. 2024.

LAVERDI, Gabriel Fernandes. **Como 37 anos de mudança no uso da terra afetaram a estrutura da paisagem florestal de Monte Carmelo, Minas Gerais**. 2024. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Uberlândia, Monte Carmelo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41795> . Acesso em: 24 jan. 2025.

LITFIN, K. *Ecovillages: Lessons for Sustainable Community*. **Cambridge**: Polity Press, 2014. 224 p.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 353. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788570785169>

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das fronteiras do império ao coração da república**: O território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 2007. p. 306.

LOURENÇO, L. A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-247-2>.

MAJEROWICZ, Ilana; TOGASHI, Rafael; VALLE, Isabel. **Ecovilas**: Caminhando para a sustentabilidade do ser. Rio de Janeiro, Editora Bambual, 2017. Disponível em: https://bambuaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Ecovilas-Brasil_Bambual-Editora_download-gratis.pdf?srltid=AfmBOoqzpywr6rwKRvtQEVMSXa_ITqS0WjGHHhy55pc2johCp57aIqHNY. Acesso em: 23 jul. 2024.

MATTOS, T. P. **Ecovilas**: A construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3069295>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. Acesso em: 23 jul. 2024.

Minas Gerais. **Instituto Estadual de Florestas**. IDE Sisema. Disponível em: <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MOLLISON, Bill. **Introdução à Permacultura**. Tyalgum (Austrália): Tagari Publications, 1994. Acesso em: 12 ago. 2024.

MYCHAJLUK, L. Learning to live and work together in an ecovillage community of practice. **European Journal for Research on the Education and Learning of Adults**,

v. 8, n. 2, p. 179–194, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.rela9092>.

OSORIO, Felipe Lehnenn. **As redes logísticas de Minas Gerais: os sistemas de transportes como agentes transformadores do espaço no Triângulo Mineiro**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.667> . Acesso em: 14 jan. 2025.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 23, p. 83–104, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0023.0004>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PÊSSOA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3682>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PRADO, Gustavo Íbis Gonçalves. **Ecovilas: história, práticas e a busca por uma ‘nova’ economia**. 2018. (Trabalho de conclusão de graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/4636>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RADOMSKY, G. F. W.. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 149–162, fev. 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100009> >. Acesso em: 09 ago. 2024.

RAMOS, Amanda Varella Barca. **Ecovilas: teoria versus prática: como os princípios da sustentabilidade são de fato aplicados em comunidades do Distrito Federal e Goiás**. 2016. 53 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Ambientais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/22920>. Acesso em: 21 jul. 2024.

RICCIOPPO, Thiago; SILVA, Marcelo de Souza. **Colonização do Triângulo Mineiro**. Blog Arquivo Público Uberaba, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2016/11/colonizacao-do-triangulo-mineiro.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ROYSEN, R. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 20ª edição. Rio de Janeiro. Record, 2000

SANTOS, M. G. A.; ALVIM, A. M. M. Comparação entre as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE Minas Gerais: breves discussões. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 6, n. 2, p. 200–224, 2022. DOI: 10.35416/geoatos.2022.9084. Disponível em: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9084>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Anderson Leite da. **Movimento de ecovilas no Estado de Goiás**. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/29792>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, L. F. de M. e. Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41–53, 2014. DOI: 10.35699/2237-549X.13373. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13373>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SILVA, Jéssica Alves Ferreira. **Relatório de estágio supervisionado realizado na empresa Sensix Inovações em Drones**. 2023. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38647>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOUZA, Luciana Lima Domingues de. **O papel das ecovilas rurais no desenvolvimento local sustentável**. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16558>. Acesso em: 23 jul. 2024.

TAGGART, J. Inside an ecovillage. **Alternatives Journal**, v. 35, n. 5, p. 20–21, 2009.

TÁVORA, Fernando Lagares. A política agrícola brasileira: análise e histórico recente. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 157, n. 40, p. 153-207, jan./mar. 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/841/R157-09.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TRAINER, F.E. The global sustainability crisis. The implications for community. **International Journal of Social Economics**, V. 24, N. 11, p. 1219-1240, MCB University Press. Sydney, Australia, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03068299710193589>. Acesso em: 23 jul. 2024.

TRAINER, Ted. The Global Ecovillage Movement: The Simpler Way for a Sustainable Society. **Social Alternatives**, V. 19.3, p. 19-24. 2000. Acesso em: 23 jul. 2024.

VALVERDE, Juliana Viégas de Lima. **O papel dos ambientes coletivos de convivência no modo de vida: buscando nexos entre elementos de projeto arquitetônico e modos de vida sustentável em duas ecovilas brasileiras**. 2022. 235f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52207>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VIEIRA, Wesley Alves. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas: (des)encontros, desafios e conquistas**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16216>. Acesso em: 02 set. 2024.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 3, n. 93, p. 5–26, 1986.